



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O QUE NOS DIZEM AS ESTÓRIAS DOS QUE SAÍRAM: análise
socioantropológica de narrativas biográficas de ex-membros da
Assembleia de Deus**

Débora de Farias Silva Rodrigues

Campina Grande
2023

Débora de Farias Silva Rodrigues

**O QUE NOS DIZEM AS ESTÓRIAS DOS QUE SAÍRAM: análise
socioantropológica de narrativas biográficas de ex-membros da
Assembleia de Deus**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade
Federal de Campina Grande, para a
aquisição do título de Mestra em
Sociologia.

Orientador: Lemuel Dourado Guerra

Campina Grande - PB

2023

R696q

Rodrigues, Débora de Farias Silva.

O que nos dizem as estórias dos que saíram: análise socioantropológica de narrativas biográficas de ex-membros da Assembleia de Deus / Débora de Farias Silva Rodrigues. – Campina Grande, 2023.

101 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra".

Referências.

1. Sociologia da Religião. 2. Cultura e Identidades. 3. Assembleia de Deus – Desvio e Estigma. 4. Narrativas Biográficas. I. Guerra, Lemuel Dourado. II. Título.

CDU

316.74:2(043)

Se você for tentar, vá até o fim, caso contrário, nem comece.

Charles Bukowski

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus por me dar fôlego e animo para dar continuidade ao mestrado mesmo diante de todas as dificuldades. Estendo o agradecimento aos meus filhos que servem de incentivo e força para que eu não desista, pois, os desafios desta pós-graduação para mim foram enormes.

Não poderia deixar de agradecer ao meu namorado Franklin que durante todo esse percurso acadêmico me auxiliou durante meus momentos de incertezas e dúvidas, sua ajuda foi importante para que eu não desanimasse.

Agradeço também a meu orientador Lemuel Guerra, sua paciência, leveza, bom humor e sorrisos possibilitaram um processo de escrita mais fluido e suave.

Aos examinadores da banca, Dr. Roserval de Almeida e Sousa, como também o Prof. Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo sobrinho, as contribuições proporcionaram reflexões construtivas que pretendo desenvolver no Doutorado.

Agradeço ao PPGCS/UFCG e seu corpo docente que, possibilitou meu amadurecimento na área da pesquisa e metodologia científica. Não poderia deixar de fazer menção ao Secretário Rivaldo, que com muita eficiência e dedicação sempre me atendeu quando solicitei.

Sou grata, ainda, pela bolsa que recebi da CAPES Durante o Mestrado, a qual me deu possibilidade de dedicação exclusiva às etapas de construção desta Dissertação.

A todas as minhas amigas do Mestrado que dividiram suas angústias comigo e que de alguma forma me motivaram a não desistir, deixo minha saudação e gratidão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS

Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES
DÉBORA DE FARIAS SILVA RODRIGUES

ESTÓRIAS DOS QUE SAÍRAM: ANÁLISE SOCIOANTROPOLÓGICA DE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE EXMEMBROS DA ASSEMBLEIA DE DEUS

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Ciências Sociais como prérequisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: 07/03/2023

Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho - PPGCS/UFCG
Orientador



Documento assinado eletronicamente por **LEMUEL DOURADO GUERRA SOBRINHO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/03/2023, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota - PGCS/UFCG
Examinador Interno



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/03/2023, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Prof. Dr. Rosenval de Almeida e Sousa - PROFSOCIO/UFCG
Examinador Externo



Documento assinado eletronicamente por **ROZENVAL DE ALMEIDA E SOUSA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/03/2023, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador 3165600 e o código CRC 4729ABE7.

O QUE NOS DIZEM AS ESTÓRIAS DOS QUE SAÍRAM: análise socioantropológica de narrativas biográficas de ex-membros da Assembleia de Deus

Débora de Farias Silva Rodrigues

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as estórias de sujeitos expulsos de comunidades religiosas em geral e especificamente da Assembleia de Deus (AD), focalizando os processos de estigmatização e de sua classificação como *desviantes*. A perspectiva teórica combina o conceito de “desvio” formulado por Becker e os de “estigma” e de “mortificação social”, como propostos por Goffman. A metodologia da pesquisa combinou a mobilização da narrativa biográfica da autora, com a estratégia de elicitación de narrativas biográficas de 8 indivíduos que deixaram a AD, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com eles, levando em consideração variáveis tais como sexo, orientação sexual, a permanência na comunidade religiosa, tipo de congregações/comunidades das quais participaram e motivo pelo qual saíram ou foram expulsos da instituição. Dentre as principais conclusões da pesquisa destacamos as seguintes: (1) as narrativas dos membros que saíram da AD apontam para a ativação de processos de estigmatização e de construção dos sujeitos “divergentes” como “desviantes”; (2) Os elementos que mais se repetem nas narrativas coletadas e analisadas foram as experiências de estigmatização e discriminação dos sujeitos que apresentam características consideradas desqualificadoras para as interações sociais no âmbito da AD, expressas através de olhares de reprovação, perda de cargos ocupados na comunidade e “rumores” (comentários); e (3) Dentre as queixas mais frequentes apresentadas pelos ex-membros entrevistados estão as dificuldades decorrentes da fricção entre a identidade social e a identidade real, o abandono e rejeição por parte de familiares e ex-irmãos “na fé”.

Palavras-chave: Assembleia de Deus; estigma; desvio; estórias dos que saíram

WHAT THE STORIES OF THOSE WHO LEFT TELL US: socio-anthropological analysis of biographical narratives of former members of the Assembly of God

Deborah de Farias Silva Rodrigues

Abstract

The main objective of this work is to analyze the stories of subjects expelled from religious communities in general and specifically from the Assembly of God (AD), focusing on the processes of stigmatization and their classification as deviants. The theoretical perspective combines the concept of “deviance” formulated by Becker and those of “stigma” and “social mortification”, as proposed by Goffman. The research methodology combined the mobilization of the author's biographical narrative, with the strategy of eliciting the biographical narratives of 8 individuals who left the AD, as well as conducting semi-structured interviews with them, taking into account variables such as gender, sexual orientation, permanence in the religious community, type of congregations/communities they participated in and reason for leaving or being expelled from the institution. Among the main conclusions of the research, we highlight the following: (1) the narratives of the members who left the AD point to the activation of stigmatization processes and the construction of “divergent” subjects as “deviants”; (2) The elements that are most repeated in the collected and analyzed narratives were the experiences of stigmatization and discrimination of the subjects who present characteristics considered disqualifying for social interactions within the HC, expressed through disapproving looks, loss of positions held in the community and “rumors” (comments); and (3) Among the most frequent complaints presented by the former members interviewed are the difficulties arising from the friction between social identity and real identity, abandonment and rejection by family members and former brothers “in the faith”.

Keywords: *Assembly of God; stigma; Deviance; stories of those who left*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 4

CAPÍTULO 1 – BREVES NOTAS SOBRE O MODELO RELIGIOSO DA AD.....	7
1.1 - A igreja, os ritos de passagem obrigatórios e os condicionamentos	9
1.1.2 - A importância do batismo nas águas e no “espírito”	12
1.1.3.- O batismo com Espírito Santo	15
1.1.4 - A “consolidação” dos membros e suas funções.....	17
1.1.5 - A Consolidação da Mulher na AD	22
1.1.6 – Os membros desejáveis e os indesejáveis	25
CAPÍTULO 2 - O <i>DESVIO</i> E O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO	28
2.1 - A construção da inferioridade do/da infrator/infratora	33
2.2- A abominação do corpo	37
2.3 - A solidão do <i>desviante</i> e a incompreensão familiar	40
2.3.1- A homossexualidade e o estigma.....	42
2.3.2 A confissão da homossexualidade no ambiente religioso	44
CAPÍTULO 3 – OS REGULAMENTOS DE VIDA E O Credo DA ASSEMBLEIA DE DEUS: OS FUNDAMENTOS DE UM SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO.....	48
CAPÍTULO 4 – O QUE DIZEM, COMO SE SENTEM, COMO VIVEM OS QUE SAÍRAM DA AD	59
4.1 Tabela com relação de entrevistados	64
4.2 O que nos dizem as histórias dos que saíram	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88

Introdução

Esta dissertação pode deixar tristes alguns que viveram experiências semelhantes às que são aqui focalizadas/apresentadas. Depois com raiva. Então tristes novamente. Talvez este seja um texto que vai fazer leitores se desesperarem em relação ao cristianismo ou a qualquer outra instituição de que se faz ou fez parte, pensando em termos do potencial de ampliação transponibilizadora da análise do caso da Assembleia de Deus aqui focalizado.

A inspiração para essa pesquisa surgiu, em primeiro lugar, das experiências pessoais da pesquisadora e de seu orientador, dois indivíduos que viveram experiências de afiliação religiosa intensa e depois deixaram as igrejas nas quais foram criados, de certa maneira se reconhecendo e ativando afinidades eletivas no curso de Mestrado do PPGC/UFCG.

Em segundo lugar, aproximei-me dessa temática pela empatia com pessoas próximas que também viveram a experiência de sair de comunidades religiosas, vivendo processos com características diferentes, graus diversos de violência e de potencial traumático.

Reconhecendo o potencial explicativo que as estórias dos que 'saíram' de comunidades religiosas em relação às dinâmicas socio-interacionais em curso em instituições religiosas, decidi coletar e analisar estórias de pessoas do meio evangélico que queriam ser ouvidas sobre o fanatismo e a intolerância que testemunharam e experienciaram/viveram. São algumas narrativas intensas e comoventes daqueles que sobreviveram à linha dura, aos religiosos autoritários e sua ideologia e se desenraizaram das igrejas/comunidades de que fizeram parte; daqueles que, em última análise, na versão das instituições, falharam em "conter seus espíritos".

O termo "aversão à realidade" imediatamente me pareceu muito eficaz para discutir como o fundamentalismo, o extremismo, a repressão ativada no cristianismo em geral e no evangelicalismo especificamente incidem sobre corpos e subjetividades de indivíduos que participam de comunidades religiosas.

Nosso estudo é pioneiro, não existindo em Língua Portuguesa nenhum trabalho que tenha se debruçado sobre as experiências dos que 'saíram' de comunidades religiosas, representando, portanto, um esforço de exploração, de tateamento na pesquisa da qual resulta o que apresentamos agora.

O texto se estrutura em 3 capítulos: **no primeiro** focalizo como surge e evolui a Assembleia de Deus, mais especificamente como emergem e vão ao longo do tempo se transformando os "Usos e Costumes", um regulamento de vida institucionalizado nas AD; **no segundo**, trago elementos da perspectiva teórica em que nos inspiramos; e **no terceiro**, apresento o que denomino de 'credo da AD' e analiso 8 depoimentos que ilustram modos de experienciar a entrada, a permanência e a saída de comunidades evangélicas da AD, modelo de religiosidade marcado pela rigidez moral e ética religiosa conservadora, constituindo-se como espaços nos quais predomina a heteronormatividade, a dominação masculina, uma ação no mundo com ênfase proselitista e neocolonialista, no antissocialismo/comunismo; na condenação de outros modelos religiosos definidos institucionalmente como não-evangélicos, pela islamofobia e posição pró-Israel, pelo anti-ecumenismo, antiaborto, antieutanásia, na homo/transfobia, com traços teocrático-nacionalistas, racistas e, finalmente, pelo anti-intelectualismo.

O capítulo mais significativo, o terceiro, intitulei de 'Trauma e Abuso em Contextos Cristãos'. Parece contraditório, mas esses 'depoimentos' - um termo próximo a 'testemunhos', frequentemente usado em círculos evangélicos como parte de sua liturgia - tematizam exatamente isso: eles testemunham a perseguição aos indivíduos que compartilharam comigo suas histórias, cada um em seu contexto e suas situação particulares que tiveram que suportar; eles estavam sendo perseguidos por suas dúvidas, sua maquiagem e vestuário, por seu gênero, sua orientação sexual, algumas delas simplesmente porque existem.

As lutas que os entrevistados vivenciaram não terminaram quando decidiram deixar a igreja a que pertenciam, a maioria deles deixando a fé para trás por completo. Pelo contrário, a luta para dar sentido a suas vidas continua, uma vez que, para alguns, deixar a igreja também significou deixar para trás a família, o apoio social e a cultura evangélica tão profundamente neles arraigada.

Eu posso imaginar que, para alguns, dos que contribuíram para esta dissertação, participar da pesquisa foi parte de seu processo de luto, uma maneira pela qual eles possam aceitar sua perda, uma maneira de lamentar o desenraizamento que vivenciaram.

Um dos entrevistados disse que, “crescendo em uma família cristã, grande parte da minha vida foi definida pelo cristianismo; era minha religião, mas também era meu mundo social e cultural”. Uma das entrevistadas declarou que “a coisa sobre religião é que quando você a tem, se sente bem e, como qualquer opiáceo, a retirada deles é dolorosa”, porque, comenta outra pessoa que entrevistamos, “a cultura fundamentalista é engenhosamente projetada para reter os membros, aqueles 'socialmente desejáveis”.

Alguns dos entrevistados lutam “por ter deixado Deus para trás”, mas a quebra da associação da relação com Deus mediada pela participação na igreja é também apontada como libertadora da dor experienciada para incluir ativamente Deus em sua vida pós-cristã. Impressionou-me quão pouco ou nada a figura de Jesus Cristo aparece nas narrativas coletadas.

De certa forma, alguns depoimentos são também uma confissão de culpa por terem tentado desesperadamente se encaixar em comunidade religiosas, sufocando suas inseguranças e dúvidas, aceitando silenciar tantas perguntas que eles nunca teriam permissão para fazer.

Essa abordagem testemunhal da pesquisa é tanto sua força quanto sua fraqueza. Força, por causa do impacto da emoção com que os entrevistados compartilham suas histórias, o que pode mobilizar o vínculo que o leitor pode desenvolver com eles; fraqueza, porque para um leitor não evangélico, ou evangélico adaptado ao sistema do evangelicalismo, os depoimentos podem não ser nada mais que tristes e revoltados desabaços biográficos. Mas reclamar não é a intenção dos entrevistados, mesmo que haja o desejo ocasional de retornar ao passado, para uma igreja e fé que são e agora permanecem no passado.

Está definitivamente não é uma dissertação de autopiedade, mas uma oportunidade para o conhecimento de como funciona a instituição religiosa focalizada e outras com características semelhantes.

Esta dissertação não oferece uma versão mais suave e gentil do cristianismo evangélico assembleista. Não há esperança real e consistente nesta dissertação para um cristianismo evangélico aberto e inclusivo. O que oferecemos é uma abordagem socioantropológica de como as instituições ativam mecanismos de exclusão de membros considerados inadequados e como eles experienciam os processos de saída delas.

CAPÍTULO 1 – BREVES NOTAS SOBRE O MODELO RELIGIOSO DA AD

Em 1911 surge a igreja Assembleia de Deus ou *Ministério Apostólico e de fé* (nome inicial) no Brasil, fundada por Daniel Berg e Gunnar Vingren, missionários suecos, que decidiram partir para o nosso país, depois de uma experiência pentecostal ocorrida nos Estados Unidos, nomeada como “avivamento pentecostal da Rua Azuza” (FREESTON, 1994), trazendo uma nova doutrina que eles denominaram como de “renovação espiritual”, fundamentada no evangelho de atos dos apóstolos capítulo 2:1- intitulado “a descida do espírito santo”, trecho que trazemos abaixo:

Cumprindo-se o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar; e de repente, veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu a casa em que estavam assentados. E foram vistas por eles línguas repartidas, como de fogo, as quais pousaram sobre cada um deles. E todos foram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito santo lhes concedia que falassem. E em Jerusalém estavam habitando judeus, varões religiosos, de todas as nações que estão debaixo do céu. E, correndo aquela voz, ajuntou-se uma multidão e estava confusa, porque cada um os ouvia falar na sua própria língua. E todos pasmavam e se maravilhavam, dizendo uns aos outros: Pois quê! Não são galileus todos esses homens que estão falando? Como, pois, os ouvimos, cada um, na nossa própria língua, em que somos nascidos? Partos e medos, elamitas e os que habitam na Mesopotâmia, e Judeia, e Capadócia, e Ponto, e Asia, e cretenses, e árabes, todos os temos ouvido em nossas próprias línguas falar das grandezas de Deus. E todos se maravilharam e estavam suspensos, dizendo uns para os outros: Que quer isto dizer? E outros zombavam dizendo: estão cheios de mosto. (BÍBLIA, 2015, At. 2.1-13)

Esse trecho é de fundamental importância na construção da contextualização e compreensão da doutrina e do credo assembleiano, já que é a partir dele que os missionários dizem enfrentar “todas as dificuldades existentes no Brasil”, a adaptação ao clima e à cultura do estado (VINGREN, 2005, p.37).

Costuma-se dividir o Movimento Pentecostal brasileiro em fases, ondas ou gerações. De modo geral, são estudos que relacionam as mudanças surgidas com o tempo a partir do início do século XX. A primeira fase pode ser considerada a de 1910 a 1940. Chegam ao Brasil, quase que simultaneamente, a Congregação Cristã do Brasil e a Assembleia de Deus, tornando-se majoritárias no campo pentecostal durante cerca de 40 anos. A segunda fase vai de 1950 a 1960. Nesses 10 anos, houve uma fragmentação do Movimento, dele surgindo novos grupos: Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor e outros. A terceira fase dá-se nas décadas de 1970 e 1980, sendo marcada pelo advento do Neopentecostalismo: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, entre outra. (FERREIRA, 2017, p.68)

A AD é geralmente incluída na primeira onda, tendo em vista questões clássicas, como o conservadorismo e um o rigor no regulamento de vida – o código de regras comportamentais chamado de “Usos e Costumes”, institucionalizado pela igreja.

Esse novo modelo de experiência cristã que emerge no mercado religioso brasileiro incidu sobre o campo das denominações evangélicas tradicionais, fundamentadas na doutrina do luteranismo, marcada pela racionalidade e com pouco espaço para a ênfase no Espírito Santo e suas manifestações de ‘cura, profecia, glossolalia, êxtase arrebatador, milagres” proposta pela AD. Isto dificultou o acolhimento dos missionários pelos luteranos e presbiterianos.

Isso não foi motivo de desânimo e nem muito menos de desistência por parte de Vingren e Berg, que interpretaram a resistência enfrentada pela AD no subcampo dos evangélicos tradicionais como uma “confirmação do espírito santo”.

Na abordagem religiosa da AD, a mensagem da instituição estava mais centrada na figura do fiel e nas experiências com o “batismo com o espírito santo”, o qual era propagado pelos missionários como a confirmação do pertencimento dos indivíduos à comunidade religiosa dos “salvos”, como podemos ver no trecho abaixo citado:

São definidos como cristãos membros das denominações mais explicitamente pentecostais dentro do Pentecostalismo (ou movimento pentecostal, ou avivamento pentecostal), cuja maior

característica é a descoberta de uma nova experiência com o ministério poderoso e renovador do Espírito Santo na esfera dos milagres, que a maioria dos outros cristãos considera bastante incomum. (SYNAN, 2009, p. 520)

Assim, o ser considerado cristão depende da performatização de uma experiência de recepção do espírito santo, mediador fundamental no espaço da relação entre o fiel com o seu deus, retratado pelos missionários supracitados como indispensável para uma intimidade mais profunda com a figura de Jesus. O “batismo com o espírito santo é definido pela AD como o “selo”, o certificador da verdade conversional do fiel.

Como membra da AD por cerca de 30 anos, atuei como professora de “História da Igreja” e “Hermenêutica do Velho Testamento e do Novo Testamento”, cargos considerados importantes na comunidade.

Na instituição, ser visto como “consagrado e fervoroso” é um dos principais parâmetros usados nas escolhas de quem ocupará os cargos e exercerá as funções valorizadas.

Para Goffman (1956), a vida social é definida como uma malha de interações humanas nas quais se mobilizam representações de papéis socialmente definidas adequadas às situações, vistos como eficientes para os indivíduos alcançarem seus objetivos.

Segundo Oliveira (2004), o pentecostalismo e neopentecostalismo brasileiros têm chamado a atenção da sociologia e da Ciência da Religião, tendo em vista o seu crescimento, além disso por suas características e por sua trajetória na vida social e na produção simbólica.

1.1 - A igreja, os ritos de passagem obrigatórios e os condicionamentos

Durkheim (1996) define a igreja como um espaço físico comum onde se reúnem pessoas que partilham crenças e ritos comuns, promovendo a unidade de sentidos, coesão social e sentimento de pertença, com base do delineamento dos limites entre o sagrado e o profano.

A igreja AD tem regras rígidas a serem seguidas pelos que “aceitam” Jesus como seu salvador. Conforme minha experiência de pertencimento à AD, existe uma distinção entre o preço pago pelo desvio de “nascidos na igreja” (expressão utilizada pelos líderes assembleianos), crianças socializadas em famílias assembleianas, e o que pagam os que se convertem na fase adulta e logo depois, por algum motivo, decidem quebrar o vínculo estabelecido com a instituição/comunidade religiosas.

Adotamos a abordagem feita por Becker (2008) sobre o desvio, definido por grupos específicos com base na ocorrência de uma infração de uma regra construída socialmente por coletivos ou figuras chaves de coletivos.

No caso da AD, a conversão e a socialização que ela implica oferece um sistema claro de regras e de sentidos das coisas, de si e do mundo, sendo o indivíduo que desobedece, o *desviante*, considerado como “possuído por espíritos mundanos”, ao ponto de ter seu entendimento ofuscado e práticas desviantes adotadas. A aplicação da disciplina é maior para os “nascidos na igreja” do que para recém-chegados, ou seja, ou convertidos tardios em termos de trajetória biográfica.

Os ritos de passagens são diversos dentro da AD, a começar pela “aceitação de Jesus Cristo como Salvador” início do processo de conversão, seguindo-se pela “confissão dos pecados cometidos antes do “novo nascimento””, o “batismo nas águas”, o “batismo no Espírito”, dentre outros, culminando todos no compromisso de cumprir as normas estabelecidas nos “Usos e Costumes”.

O ritual tem um valor simbólico muito grande para AD, é através dos mesmos que publicamente o fiel demonstra de forma explícita sua devoção aos estatutos da igreja, aos usos e costumes e principalmente a aceitação do credo como regra condutora de sua vida. Violar o credo da AD como veremos mais a frete é basicamente um convite a todo tipo de estigmatização dentro e fora da instituição.

A preparação que dá origem à carreira do convertido à AD dentro da comunidade se dá através do que a instituição chama de “discipulado”, um tipo

de treinamento que inclui estudo bíblico sistemático e atividades destinadas a possibilitar a aquisição do *habitus* religioso assembleiano. Todo/toda recém-convertido/convertida é obrigado/a a frequentar a Escola Bíblica Dominical e a adquirir um exemplar de um livro contendo as principais doutrinas da AD. Só assim, ele pode, após seis meses de “discipulado”, passar deste primeiro estágio para um novo patamar.

A observação da liderança em relação aos neófitos é bastante rígida. Ela cobre desde a frequência às atividades da AD, o desempenho das funções que eles estabelecem (como promover cultos nas praças e trazer novas pessoas para Escola Bíblica dominical) a contento, passando pelo comportamento de acordo com os “Usos e Costumes” dentro e fora do espaço eclesial.

Após o cumprimento de todos os ritos acima listados, o/a recém-convertido/convertida se torna membra/membro da AD. Esse *status* adquirido traz muitos benefícios, como por exemplo: habilitar-se para pregar nos cultos de domingo (nos quais o público é maior); realizar atividades com jovens; e exercer liderança, tais como os cargos de Diácono, Presbítero e o mais alto nível, cobiçado por muitos, é alcançado por poucos, o de Pastor consagrado pela Convenção Geral da Assembleia de Deus no Brasil (CGADB).

Esses ritos de passagem como bem perceberam Van Gennep (2011) são atos teatrais que reverberam entre os membros de determinados grupos sociais e que, de alguma forma, validam sua permanência e obediência às normas estabelecidas e aceitas por todos.

Falar sobre esses ritos e normas me remete a muitas sensações que experienciei ao longo de trinta anos dentro da AD, sendo filha de pastor da mesma instituição. Experimentei o que muitos dos “nascidos na fé” viveram: uma margem pequena de escolha. Lembro-me bem de um rito muito importante que é o batismo nas águas, ao qual particularmente não queria me submeter; como eu já tinha idade suficiente para ser batizada, minha voz e choro por não querer me submeter àquele rito foram sumariamente desconsiderados.

Ser criada dentro da instituição é muito complexo, a saída é traumática e por vezes se carrega um grau de rejeição muito grande entre os próprios membros e familiares.

1.1.2 - A importância do batismo nas águas e no “espírito”

O tempo previsto para habilitar-se a essa etapa a ser vivida pelo convertido é de seis meses de discipulado. Para os que nasceram em famílias assembleianas é diferente, sendo apenas necessário ter 12 anos ou mais. Um filho ou uma filha de pais já afiliados à AD demora a se batizar (no meu caso esperei até os 16 anos) representa um desconforto enorme para a família e para os membros mais antigos que presenciaram o crescimento do indivíduo desde a sua meninice.

Tão ou mais importante do que o “batismo nas águas” é o “batismo com o espírito santo”, considerado uma possibilidade de reviver o momento fundador do cristianismo:

O processo de institucionalização da religião é como que um aprisionamento do sagrado que o torna “frio”. Por isso, ocorrem, dentro das instituições religiosas, movimentos que tentam libertar/liberar o sagrado, tornando-o mais “quente”; essa liberação do sagrado é uma tentativa de vivenciar novamente a experiência fundante da religião, no caso do cristianismo, o evento de Pentecostes. (DIAS; SILVA, 2010, p. 168)

Sem os batismos o indivíduo é impedido de ganhar a “carteira de membro” e de participar da mais significativa celebração que a AD possui: a “santa ceia do senhor”. Esse ritual é reservado para os membros que estão “em comunhão com a sã doutrina” e que contribuíram com os dízimos e ofertas, que não são obrigatórios, mas fortemente estimulado, sendo o comportamento na área financeira objeto de forte regulação pelos diáconos, que nos cultos dominicais distribuem envelopes para os membros ativos e principalmente para os líderes, que sabe ter a observação da sua oferta um peso determinante da permanência no cargo ocupado.

Dados os pré-requisito para a participação na “santa ceia”, instaura-se na AD um sistema de vigilância intra-institucional rigoroso, objetivando certificar quem está em “comunhão com os irmãos” e quem “não cometeu pecado” que o impeça de cear, habilitando/o/a para manter-se nos cargos eventualmente ocupados.

Além da observância dos “Usos e Costumes”, o dizimo é um pré-requisito fundamental para a manutenção do cargo eclesiástico, que na AD é desempenhado só por homens, o que se justifica com a citação bíblica de que “o homem é a cabeça da mulher”.

Estar em dia com o que se estabelece no “Usos e Costumes” e o dizimar ininterrupto, são parâmetros que fazem crescer o capita religioso e social do membro/da membra, proporcionando destaque no campo eclesiástico.

Em algumas igrejas de que fiz parte, existiam listas nas portas de entrada dos templos, com o nome dos membros dizimista, e, em muitos casos, nelas se expunha também o valor do dizimo entregue à igreja, promovendo destaque para os que contribuía regularmente e também correspondente aos valores ofertados

A ordenança da “Ceia do Senhor” ativa sistemas de controle e disciplina dos corpos e das subjetividades dos membros da AD. A vigilância ocorre entre os próprios membros, que com prontidão observam e relatam aos seus superiores os “pecados” cometidos pelos membros, sob acompanhamento constante, contra os “Usos e Costumes” cujo poder normativo foi reconhecido nas profissões de fé feitas por ocasião do batismo nas águas.

Em *Vigiar e punir* (1997), Foucault detalha como a vigilância dos corpos era exercida nas prisões, chamando a atenção para os castigos correspondentes a cada falha cometida pelos acusados. O auto destaca, na obra supracitada, que os sofrimentos físicos impingidos como castigos aos criminosos, além de serem cruéis, retiravam de suas vítimas o poder de reação, levando-as à inércia e à aceitação do castigo recebido, sem a devida força de contestação. Ele ressalta também, que a violência psicológica também promovia no individuo o silenciamento, retirando sua dignidade e honra, reduzindo-o a um corpo “sem vida”.

É possível fazer uma analogia entre os conceitos de vigilância propostos por Foucault e o *modus operandi* da AD. Nesta, não são impostos castigos corporais, mas o abuso psicológico e a humilhação são semelhantes aos descritos pelo autor.

A vigilância mutuamente exercida pelos “irmãos” cobre a forma dos membros da AD se vestirem, o linguajar por eles utilizado, as ações referidas ao dizimar (entrega regular do dízimo), ao ofertar, a sexualidade, o uso do tempo para lazer, dentre outros elementos diuturnamente escrutinado nas comunidades da instituição. Suas práticas vão legitimá-los ou condená-los.

O corpo do assembleiano vive em constante estado de alerta, dentro e fora do templo, pois a noção do pecado e dos riscos de “perdição eterna” e de eliminação da membresia são absorvidos de tal forma que dela se desvencilhar não é uma tarefa fácil.

Desde a fundação, a AD se destacou no subcampo dos evangélicos no Brasil pela rigidez das exigências institucionais em termos de comportamento dos membros. O regulamento chamado de “Usos e Costumes” é o marco determinante do que profano, “do mundo”, estabelecendo com detalhes os comportamentos considerados “santos” pela hierarquia eclesiástica e o que é considerado como “mundano”, “depravado” e “impuro”.

Por exemplo, uma mulher divorciada na AD não pode ocupar nenhum cargo na AD, seja ele de dirigente de círculo de oração, de professora de escola dominical, de professora em cursos teológicos *etc.* A regra é clara, estabelecendo o *status* de divorciada como desqualificador de sua portadora, que passa a ser vista como “impura” diante de deus e da comunidade de fiéis. A depender dos motivos alegados diante da lei para se divorciar, implica em profunda estigmatização e discriminação.

Caso a mulher tenha adulterado, estando por isso divorciada, o percurso a ser trilhado por ela é árduo: além de ter que confessar o seu “pecado” para todos no culto de “Santa Ceia”, ela ainda precisa pedir perdão e é afastada imediatamente das funções eventualmente ocupadas.

Essa norma também serve para o homem que, se exercer algum cargo eclesiástico (Diácono, Presbítero, Pastor) é dele afastado por um ano, sem a possibilidade de ceiar ou pregar, sendo-lhe permitido dizimar, porque a igreja necessita de recursos para sua manutenção.

A distinção entre o castigo imposto ao homem e à mulher dentro da AD, em caso de divórcio é que, o membro homem, depois de cumprir o período

disciplinar, volta a ocupar seus cargos normalmente, enquanto a mulher, além de sofrer a estigmatização por parte dos irmãos e irmãs na fé, não pode voltar a ocupar mais nenhum cargo na AD.

A ala mais conservadora da AD não aceita o divórcio de forma alguma. O que é ensinado para os membros é o exercício do perdão e a reconciliação imediata do casal. Caso contrário, os dois serão submetidos à “disciplina”. Caso o divórcio seja inevitável, nenhum dos dois poderá contrair outro matrimônio, salvo no caso de um dos cônjuges vir a falecer, o que habilita o sobrevivente a um novo matrimônio.

O modo de tratar o que as comunidades religiosas da AD estabelecem como a norma absoluta varia, indo desde a estigmatização, a humilhação pública até ao mais extremo, a expulsão da denominação.

Nas entrevistas que realizei os casos serão apresentados com detalhes, bem como os processos seguidos pela AD para afastar as pessoas tidas como “mundanas”, “impuras”, “desviadas” do “reino de deus” e da “comunhão com os demais membros”.

1.1.3.- O batismo com Espirito Santo

CREMOS, professamos e ensinamos que o Espírito Santo é a terceira Pessoa da Santíssima Trindade, Deus igual ao Pai e ao Filho: “Portanto, ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19). O Espírito Santo é da mesma substância, da mesma espécie, de mesmo poder e glória do Pai e do Filho, pois é chamado de outro Consolador: “E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre” (Jo 14.16). O Espírito Santo não é uma parte da Divindade, mas, sim, Deus em toda a sua plenitude e, por isso mesmo, é incriado, autoexistente e absolutamente autônomo: “o Espírito que provém de Deus” (1 Co 2.12), como havia declarado o Credo de Atanásio: “Tal como é o Pai, tal é o Filho e tal é o Espírito Santo. O Pai é incriado, o Filho incriado, e o Espírito Santo incriado... não há três incriados..., mas um só incriado”. Ele é o Espírito eterno e existe por si mesmo. Ele pertence à mesma essência e substância indivisível e eterna do Pai e do Filho. Os homens e os anjos foram criados¹⁶⁸ e dependem do Criador, mas Ele, o Espírito Santo, não depende de nada, pois Ele é o Senhor: “o Senhor é o Espírito” (2 Co 3.17). (Texto publicado no site www.adalagoas.com.br [acesso em outubro de 2022])

A igreja AD tem suas normas e seus ensinamentos bem consolidados e se faz devidamente conhecidos pelos que desejam fazer parte da mesma. As igrejas mais tradicionais como a Batista, a Presbiteriana, a Luterana, dentre outras, não veem o “batismo com o espírito santo” como algo a ser valorizado, até porque eles não o reconhecem como algo fundamental para a “salvação”. Na AD, o membro que ainda não foi “batizado com o espírito” é considerado como suspeito de pecados e não se habilita para ocupar cargos de destaque na igreja.

Desde muito cedo é ensinado na AD que esta experiência é a única que pode levar um membro aos cargos eclesiásticos mais elevados, e também se constitui como um sinal de distinção.

Sendo assim, é compreensível perceber todo o esforço realizado pelos membros da AD em busca do tão sonhado batismo, porque além do destaque, o indivíduo também é visto como “profeta”. A aquisição do direito a essa classificação aumenta significativamente o valor social do membro da AD, sendo ele/ela considerado/considerada como porta-voz de Deus, habilitando-se a receber mensagens “direto dos céus” e a repassá-las para os irmãos/irmãs.

É importante mencionar a preparação à qual o/a fiel deve se submeter para receber essa graça divina. Dentre as muitas coisas a serem cumpridas, destacamos: a prática do jejum diário (representando a imitação de Jesus, que jejuou durante 40 dias e 40 noites, para vencer o diabo, cumprindo seu isolamento no deserto); realização de orações nos templos; e a “santificação do corpo”, materializada pela não prática de sexo, durante o período preparatório para o “batismo no espírito”.

Cumpridos os requisitos acima listados, espera-se a “benevolência” do espírito santo, que decide entre os servos que se candidatam, o(s) “mais resignado(s), o(s) merecedor(es). Muitas vezes presenciei pessoas chorando, orando por horas em círculos de orações, jejuando, trajando roupas mais “compostas” que cobrissem todas partes de seus corpos para que o espírito santo as visitasse, e muitas vezes isso não ocorria.

É realmente algo penoso de presenciar e de vivenciar. Por vezes eu me submeti a isto, mesmo sem desejar fazê-lo, mais por pressão da própria

congregação da qual participava, alguns/algumas irmãos/irmãs me diziam: “como seu pai é pastor e você não fala línguas estranhas, você está orando pouco, ou pecando”. Então, respondendo às pressões sobre mim exercidas, submetia-me a jejuns e orações frequentes, mas nada acontecia.

“Euforia”: esse é o nome que decidi utilizar para descrever o que eu sentia quando presenciava a “descida do espírito santo” sobre alguém. Geralmente ocorria em vigílias prolongadas durante a noite inteira, e muitas vezes, quando o membro demonstrava alguns sinais de que seria batizado, um grupo se reunia ao seu redor com gritos e choros, conduzindo o fiel a um certo tipo de histeria e ao suposto batismo, isto que depois de sair da AD chamo de “condicionamento emocional”.

A cada “batismo no espírito”, considerava-se que deus se fizera “presente entre os pecadores”, passando-se à unção da cabeça do agraciado com óleo e a sua apresentação para toda congregação, sendo seu valor e respeitabilidade diante dos irmãos. Deus o visitara e isto era visto como um sinal de santificação reconhecida. Para os outros que não foram agraciados, restava a perseverança.

O “dom do espírito” é extremamente valorizado na AD porque coloca o “novo profeta” como ponte entre Deus e seu povo. A partir daí ele começa a ser requisitado para eventos, aos quais as pessoas vão ávidas para “ouvir a voz de deus”. É exatamente sob essas circunstâncias, as da autorização do “batizado no espírito” para “trazer” a voz de deus que se abrem condições para a circulação de ideologias, para a manipulação da massa de fiéis, para a pedagogia da dominação masculina, heteronormativa, dentre outras possibilidades.

1.1.4 - A “consolidação” dos membros e suas funções

Depois de passar pelo “batismo nas águas”, pelo “batismo no espírito”, da “Santa Ceia”, o membro se habilita a receber e portar consigo uma carteira de membro da AD, válida em todo o território nacional, funcionando como um atestado de seu estado de fiel cuja obediência e fidelidade à AD são institucionalmente reconhecidas, funcionando como um protocolo de acesso e receptividade em outras congregações e em interações fora do templo.

Na AD existe um processo de consolidação dos membros participantes, através do qual a identidade de assembleiano é outorgada em nome do coletivo da comunidade. Em termos de Elias (1991) após o recebimento da carteira de membro da AD, não existirá mais o indivíduo, o eu, mas sim o nós, habilitando-se a igreja como um dos mais importantes órgãos da difusão de estilos de comportamentos [...]” (ELIAS, 1994, pp. 110-111).

O status de batizado nas águas, no espírito santo e na condição de ocupante de cargos de liderança determina o tratamento diferenciado aonde o/a membro/membra da AD chegar, afinal de contas, acredita-se que “um profeta de deus está entre os irmãos”, trazendo ânimo e esperança para a congregação que o recebe para preleções especiais.

Dentre os muitos ministérios exercidos pelos membros devidamente habilitados destaca-se o “ministério da palavra”, somente superado por aquele que “prega e canta”.

Quando o pregador se apresenta como mensageiro da palavra e profeta com “dons de línguas”, geralmente ele consegue fechar uma agenda para o mês inteiro, e é obvio, ele necessita interpretar e falar de modo convincente. Presenciei muitos e muitos casos de pessoas que entravam em “êxtase” (estado de excitação emocional/psíquica que anteriormente eu acreditava ser “sinais do espírito), falando que estava adentrando o céu e vendo muitos “profanos”/”desviados” no inferno.

Geralmente os que eram vistos no inferno eram nomeados como “desviados”, “perdidos”, “pecadores imundos”, “lixo” e “escória”. Grupos específicos eram retratados nessas visões: gays, lésbicas, macumbeiros, espíritas, divorciados, comunistas e todos que adoram a outros deuses, incluindo os católicos.

Essa caracterização dos grupos dos que “vão para o inferno” continua sendo utilizada ao longo da história da AD até hoje. Esse ponto me toca particularmente porque experienciei o estar incluída em um deles: no velório do meu pai, que era Pastor da AD, eu, definida como uma “desviada”, segurava a mão dele enquanto lembrava das histórias contadas que ele me contava com tanta graciosidade, emocionada e afetada pela dor da separação então

vivenciada. Em um dado momento senti uma mão me tocar. Era a de um antigo amigo de meu pai, que tinha por volta de 70 anos de idade. Virei, um pouco assustada e escutei dele:” volte para Jesus. Seu pai morreu com esse desgosto: uma filha desviada e mundana, longe de cristo, tão bem-criada”. O referido irmão estava executando um *script* profundamente arraigado na AD: o de que não existe outras opções para os desviantes além de cristo ou o inferno. A normatividade é clara e contundente.

Cada membro da AD está em contínuo estado de prova de si mesmo, definindo-se de acordo com sua adequação ao regulamento dos Usos e Costumes, como “salvo” ou “perdido”, entre a “salvação eterna” e a “perdição eterna”.

As pregações feitas pelos pastores, o ensino da bíblia oferecido nas reuniões da Escola Bíblica Dominical, os estudos e discursos nas reuniões de oração, tudo gira em torno do esforço que se deve fazer para garantir a “salvação”.

O trabalho realizado com os recém-convertidos, os que não foram criados dentro da igreja é intenso e se costuma dizer na AD que “o diabo vai fazer de tudo para carregá-lo para o esgoto novamente”.

A carreira religiosa de um convertido não filho de pais assembleianos é diferenciada em relação aos que nascem em famílias assembleianas. As funções que eles precisam exercer para ganhar reconhecimento e algum destaque na comunidade religiosa são as menos valorizadas. Cabe a esses, por exemplo: esperar o culto acabar e fechar todas as portas e janelas da igreja; ficar na portaria, para impedir que algum bêbado entre no templo; comparecer aos círculos de orações para não deixar as mulheres sozinhas; avisar ao pastor qual membro da igreja está faltando mais nas escolas dominicais, dentre outras menos valorizadas na instituição. Outro requisito fundamental para ocupar cargos de destaque na AD é ser casado.

Figuras como a de Marco Feliciano, que conseguiu destaque no cenário nacional da AD, não sendo de família tradicionalmente assembleiana, saindo do interior, exercendo todas essas funções menos valorizadas acima citadas, sendo

atualmente conhecido em todo o Brasil todo, estimula recém convertidos a desejarem trilhar o mesmo caminho.

Não é possível se consolidar na igreja e sonhar com os púlpitos do Brasil a fora sem antes passar por todas as etapas citadas. Existe uma pressão muito grande entre a liderança, para que esses jovens (os mais “cheios do espírito”) a formalizarem um relacionamento, pois, caso contrário, a orientação sexual do indivíduo começa a ser questionada pela comunidade.

Esses questionamentos provêm principalmente da sexualidade dos membros homens, pois os líderes acreditam que todo homem necessita de uma mulher para satisfazer seus desejos sexuais e assim não se exporem a tentações e pecados carnis. O olhar atento é concentrado nos membros do sexo masculino, pois para a igreja, a mulher tem um papel menor e seu desejo é controlável, sendo considerada mais capaz de reprimir seus impulsos sexuais do que o homem.

Na ânsia de completar todos os ciclos que o habilitam a progredir na carreira religiosas, o membro homem pede a Deus que lhe proveja uma “varoa” que seja obediente, boa dona de casa, boa mãe e que cumpra um dos mandamentos mais citados dentro da AD:” Vós, mulheres, obedecei a vossos maridos”. As jovens que foram criadas dentro da igreja, são as preferidas para o casamento, pois segundo os líderes mais experientes, elas representam a “pureza de cristo”, são “as princesas do senhor”, virgens, que acompanharão seus esposos para qualquer obra que Deus os enviar.

Muitos casamentos que presenciei se deram através de “profecias”, definidas como decisões tomadas por deus sobre a confirmação de enlaces matrimoniais a serem realizados. O *modus operandi* dos eventos em que esse tipo de “profecia” é anunciada geralmente envolve a atuação de um pregador, que, falando em “línguas espirituais”, vai até um rapaz e diz que Deus escolheu uma determinada jovem para ser sua esposa.

Muitos desses casamentos resultantes de “profecias” permanecem, muitos são desfeitos, fazendo os que divorciam pagarem um alto preço simbólico, maior no caso das mulheres.

O desligamento do círculo no qual a socialização se deu na infância, também é cruel. O olhar de desprezo, de nojo, é impactante. Por isto, muitas pessoas, preferem sacrificar-se, viver de aparências, ter vida dupla a enfrentar o peso da estigmatização que sofrem os divorciados na AD.

Os que cumprem todos os ritos propostos pelo credo da AD são tidos como “guerreiros valorosos”, que mesmo enfrentando todas as tentações possíveis, resiste e receberá os prêmios que a igreja pode oferecer aqui na terra, e o almejado galardão celestial, a vida eterna.

Para o “desviado” resta entregar a carteira de membro (caso não se reconcilie e confesse o pecado cometido) e sair com a maldição que os ex-irmãos/irmãs “na fé” lhe dão: “ao desviado, sete demônios a mais entrarão em seu corpo, e seu fim será maldição e morte” (fala de um pastor em um dos cultos da AD em que estive).

A AD é institucionalmente resistente a mudanças, caracterizando-se pela intensa vigilância e rigoroso controle dos comportamentos dos membros. Segundo o credo Assembleiano, as mudanças não podem ocorrer, porque deus, em sua palavra afirma: “Eu sou imutável”. Seus filhos obedientes devem seguir seus passos na “corrida para a coroação celestial”, pela qual todo preço a ser pago é considerado baixo.

Os membros que infringem qualquer das regras dos *Usos e Costumes da AD* são submetidos à “disciplina”, se confessarem o erro cometido publicamente e pedirem perdão à comunidade religiosa reunida; ou são expulsos caso não aceitem confessar o pecado cometido.

A confissão dos pecados na AD é um espetáculo violento, incluindo humilhações do contraventor e exposição impiedosa da vida pessoal do indivíduo perante toda a comunidade.

Muitos membros que conheci durante a minha jornada de 30 anos dentro da AD preferiram sair da igreja a confessar publicamente o seu pecado no culto de santa ceia. Houve casos que foram judicializados, sendo a AD acusada de assédio moral, caracterizado pela forte pressão exercida pela liderança e por membros da comunidade religiosa sobre os considerados em falta com o regulamento de vida da instituição.

1.1.5 - A Consolidação da Mulher na AD

Mulher virtuosa quem a achará? O seu valor muito excede o de rubis. (Pv.31.10). Muito se tem falado sobre a mulher virtuosa e quanto mais se fala, mais se acha virtude. Quem será esta mulher cheia de qualidades do bem e que nos leva a uma inclinação moral e espiritual? Quem será esta mulher com tantas virtudes, mulher que deixa marido e filhos orgulhosos? Passaremos a estudar a nora desejada, a esposa esperada a mãe exaltada. Desde o princípio, a mulher foi criada com um valor que excede o de rubis, não foi por acaso que Deus a criou por último, e que quando Adão contemplou a beleza de Eva recebeu a inspiração de poeta declamando: “Osso dos meus ossos e carne da minha carne”. Que bela recepção, toda mulher gostaria de ouvir um sussurrar com esta linda frase. Criada com o propósito de auxiliar, a mulher traz consigo um espírito de dinamismo, afetividade, delicadeza coroada por Deus para ser mãe. Por isso, é estranho encontrarmos mulheres grosseiras, pois o Criador planejou a mulher feminina, tanto fisicamente quanto emocionalmente. A mulher foi criada por Deus para ser adjutora (Gn.2:18), pois justamente o que faltava no homem, Deus colocou na mulher, completando o homem e formando o casal (1Cor.11:11,12). Não há nada de humilhante, pois o próprio Deus é o nosso auxílio (Sl.46.1, Sl.146.5). A função de Deus é a mesma da mulher: ser auxiliar. Feliz aquele que tem Deus como seu auxílio. Na língua oficial do Antigo testamento, a palavra auxiliadora é “ezer”, que significa “alguém que dá suporte a outrem”. Deus, em sua grandeza, estava dando um presente ao homem, uma auxiliadora, uma coluna de sustentação, uma adjutora (Gn.2.18). Um presente muito valioso, único, uma coluna para edificação da casa (Pv.14.1). Uma joia de muito valor que excede o de rubis (Pv.31.10). Ora, a serpente era a criatura mais astuta que o Senhor Deus tinha feito (Gn.3.1). A serpente era sagaz e invejosa, não tinha prazer na criação de Deus, e com a sua astúcia enganou a mulher que Deus criou para Sua glória, semeando o princípio da rebeldia na mente da mulher (Gn3:4). O trabalho de satanás é este, distorcer a palavra de Deus, assim como perdeu o direito (Ez. 28:15). Mas ninguém destrói o que Deus criou, o plano de Deus é perfeito e agora Deus mostra à Sua glória, a Sua grandeza, a Sua majestade, o Seu amor e o Seu perdão. Ele viu o coração humilde e arrependido de Eva e vemos isso quando nasceu seu primogênito (Gn. 4.1,25). Eva, apesar de ter pecado desobedecendo a Deus, mostrou-se uma mulher submissa, por isso Deus reconciliou e restaurou a mulher (Gn.3.15). Da mulher nasceu um que veio restaurar a própria mulher (Gn.3.16). Agora são raras como rubis. A mãe do Rei Lemuel colocou a mulher virtuosa acima do rubi:” o seu valor muito excede o de rubis” (Pv. 31:10). O rubi é uma pedra preciosa muito rara, de extremo valor e desejada por todos. É muito difícil encontrar alguém dono de um rubi. Uma curiosidade desta pedra é que ela não se arranha

e, depois do diamante, é o material de maior dureza. Sua cor é outra característica importante e a densidade relativa do rubi é maior que a do diamante, pois 01 quilate de rubi será menor em tamanho que um diamante do mesmo peso. Mesmo diante dessa raridade, o valor da mulher virtuosa muito excede o valor do rubi. Como o valor do rubi é muito grande, por isso poucas pessoas o possuem. Deus criou você mais valiosa que o rubi; e da costela que o Senhor Deus tomou do homem formou a mulher e trouxe a Adão (Gn.2:22), Perfeita, Única, Joia, “Coroa de honra para seu marido (Pv.12:4). Você, mulher, é especial. (Texto publicado no site www.adalagoas.com.br [Acessado em 20 de outubro de 2022])

A construção da ideia de “mulher virtuosa” parte de trechos acima citados, extraídos de vários livros da Bíblia Sagrada, sendo um arquétipo formado pelas seguintes características: dedicada, do lar, afetuosa, boa esposa e boa mãe e presente em todos os cultos. Esse tipo ideal de mulher virtuosa assembleiana funciona como uma *tecnologia disciplinar* e um conjunto de *mecanismos de controle*, através dos quais se pedagogiza a subjetividade feminina socialmente desejada pela comunidade da AD (FOUCAULT, 1997, p. 34).

Na AD, a mulher é objeto de controle mais abrangente e intenso, sendo pressionada em termos de comportamento social, vestimentas diferenciadas das usadas pelas mulheres de fora da comunidade religiosa, o uso de cabelo longo o não uso de maquiagem.

Na AD as mulheres são maioria, mas a sua participação é restrita no que diz respeito aos cargos eclesiásticos. É possível comprovar isso ao observar a disposição de sujeitos na área em que fica o púlpito da igreja, na qual apenas os homens podem se sentar e na qual somente eles podem pregar. Vejamos um dos trechos bíblicos em que se baseia a construção do gênero feminino na AD:

Porquanto Deus não é Deus de desordem, mas sim de paz. Como em todas as assembleias dos santos, 34 as mulheres devem permanecer em silêncio nas igrejas, quando não lhes é permitido falar, mantendo-se em atitude de respeito, como também a Lei ordena. 35. desejarem saber mais sobre algum ensino, questionem a seus maridos em casa; porque, para a mulher é vergonhoso conversar durante as reuniões da igreja. (I Coríntios, cap.14, versículos 33-35)

Na AD a mulher tem uma presença secundarizada em relação á dos homens. Somente pode ocupar cargos de liderança relacionados às mulheres.

As mulheres mais velhas e casadas com os pastores têm uma posição privilegiada e na maioria das vezes são elas que ocupam os cargos de liderança e decidem quais roupas as outras mulheres devem usar nas festividades, de modo a estabelecer uma relação de poder e vigilância, haja visto que elas por serem esposas de pastores denunciam aquelas que por algum motivo infringirem as regras da AD no que se refere aos *Usos e Costumes*.

Quando eu participava da AD e ensinava na escola dominical, sempre me senti observada. Eu sabia que qualquer ato considerado como desvio de conduta pela liderança ou algum irmão de destaque na comunidade seria denunciada. Cobravam muito de mim que estivesse presente em todas as atividades da comunidade, já que eu deveria ser um exemplo, em razão de ser líder e a filha de um pastor.

Toda essa situação gerava em mim ansiedade, pois nunca me senti pertencente a esta comunidade religiosa, tendo percebido desde criança que o meu corpo estava sob vigilância e moldagem. Em algum ponto foi preciso usar cabelos longos e saias, mesmo tendo a vontade de ter o cabelo curto e usar calças.

Na adolescência comecei a questionar os *Usos e Costumes* da AD, e o movimento mais explícito da dissonância em que me tornara foi o de me divorciar, além de passar a usar cabelos curtos e tatuagens, o que me rendeu a classificação de *outsider* (BECKER, 2008), na medida em que, para alguns membros eu estava infringindo as regras assembleianas, movendo-me por uma lógica distinta da que é estabelecida pela hierarquia da AD.

Fui percebendo as estruturas de controle e vigilância ativadas na comunidade religiosa da AD, marcada por uma ênfase no controle das corporalidades dos fiéis, sobretudo o corpo feminino.

Descobri que um corpo se produz tanto do imaginário que existe em torno dele, como das variadas práticas que se articulam em espaços definidos, em ritmos, em modos de vestir e de utilizar a língua, em leituras, em gestos, em olhares permitidos e proibidos. Este trabalho sobre o corpo e, sobretudo, “sobre a

alma que transparece no corpo que a contém”, como afirma Duby, é fruto de um contexto social, onde se cria, esquadrinha ou excluí. Como o corpo é o primeiro lugar da inscrição, a sociedade sempre leu, encarou a mulher a partir de seu corpo e de suas produções. [...] o corpo feminino é um texto histórico, escrito diversamente ao longo do tempo. (COLLING, 2014, p.27)

Na sociedade brasileira em geral e, mais especificamente, no pentecostalismo assembleiano, os corpos em geral são controlados, mas o da mulher é alvo de mais cobranças e vigilância. Sore as assembleianas pesam as restrições quanto ao comprimento dos cabelos, a proibição de usar calças compridas e adereços, como brincos, colares, maquiagens e as chamadas regras de “decência”, referidas ao comprimento das saias, tamanho do decote, modos de falar, de sentar e de submeter aos homens. Para ser considerada uma mulher virtuosa, são muitas as exigências a serem cumpridas pela assembleiana. E mesmo quando consegue, é limitada a carreira religiosa a ela permitida.

1.1.6 – Os membros desejáveis e os indesejáveis

Com os dois tópicos acima, quisemos apontar para mecanismos de hierarquização observados na AD, no que se refere à construção de modelos de assembleianos e assembleianas socialmente desejados nas comunidades religiosas dessa igreja.

Esses mecanismos de hierarquização funcionam na determinação da carreira religiosa dos indivíduos assembleianos, bem como na construção e dinâmicas de construção do “desvio” e da “desviância”, as quais se relacionam com os processos de estigmatização dos que infringem normas dos Usos e Costumes da AD, podendo culminar em sua expulsão da igreja.

Como vimos acima nem sempre infringir a normatividade da AD resulta em expulsão. Esta somente acontece se o/a membro/membra, ao ter sua infração denunciada aos líderes e à comunidade, recusar-se a reconhecer seu “erro”, a confessá-lo diante da assembleia de fiéis e pedir perdão. Quando ele/ela se submete ao processo de reparação previsto no regulamento da AD, pode

permanecer como parte do grupo, na categoria de “inativo”, espera a disciplina passar e começa o processo de reintegração.

Se não se submeter ao processo de reparação institucionalmente definido, o/a infrator/infratora é expulso da AD, perdendo sua carteira de membro.

Presenciei várias expulsões dentro da AD e atesto que é bastante traumática a situação para quem foi expulso e para os familiares do ex-membro. A depender do “pecado”, por exemplo, o de homoafetividade, muitos pais chegam a abandonar a igreja por vergonha do filho ou da filha expulso/expulsa, já que precisam enfrentar o estigma por contaminação, experienciado em termos de hostilidade, pelo modo de tratar, de olhar, de estabelecer diálogos monossilábicos (GOFFMAN, 2017).

A apresentação de aspectos que envolve o que chamamos aqui de processos de consolidação dos homens e das mulheres na AD nos permite construir uma ideia do modelo de membro/membra desejável na instituição, o que se relaciona com os processos de construção do “desvio”, do/da “desviante” e como isso se relaciona com os processos de expulsão e o desencadeamento das experiências dos que “saem” da AD, como veremos nos depoimentos a serem posteriormente aqui focalizados.

Para configurar um/uma membro/membra desejável a comunidade observa se suas vestes estão adequadas às normas internas da AD; procuram-se informações sobre se as moças são virgens e, portanto, habilitadas ao casamento; se não ingerem bebidas alcoólicas, o que inclui não frequentar bares; se homens e mulheres assembleianas obedecem à prescrição de não frequentarem estádios de futebol, igrejas católicas, terreiros de candomblé; se são assíduos aos cultos e atividade da igreja; se são dizimistas fiéis; se casados, se não são adúlteros, dentre outros pontos que formam o conjunto dos descritos como modelos de assembleianos e assembleianas.

Nos cultos de doutrinação da AD o fiel é induzido a ter medo de romper com a igreja, apresentando-se reiteradamente os castigos e sofrimentos que esperam os que com ela rompem. Quando um membro toma a decisão de

romper definitivamente com a igreja ele já sabe de antemão todo o preconceito que sofrerá dentro e fora do espaço da AD.

Não é à toa que muitos que decidiram romper com a AD procuram ajuda psicológica porque além de sentirem indignos em termos espirituais, recorrentemente enfrentam a rejeição de amigos e da família, devido ao peso do estigma de “desviado” (BECKER, 2008).

Para ser considerado um membro desejável é necessário submeter-se à vigilância externa da comunidade, mas, principalmente transformar-se no vigia de si mesmo, um trabalho árduo que pode causar danos psicológicos de vários graus, tendo em vista a pressão para a supressão da identidade do sujeito em favor da proteção da reputação da comunidade religiosa da qual faz parte.

A pessoa que não se enquadra mais no perfil assembleiano é considerada um “desviado”, um *outsider* (BECKER, 2005), sendo de várias maneiras pressionado a afastar-se da “comunhão dos santos” e do convívio com os anteriormente definidos como “irmãos e irmãs na fé”.

A força das punições exemplares dos que infringem a normatividade assembleiana é eficiente, de modo que, em muitos casos, pessoas com medo dos castigos divinos e dos processos de mortificação social¹ que rupturas com a AD ativam (GOFFMAN, 2009), constroem *personas* de membros/membras adequados, vivendo “vidas duplas” às escondidas (os *desviantes secretos*, conforme Becker, 2008), somente para não se desvincularem e enfrentar sobre si todo o preconceito que é ativado em relação aos “desviados”.

¹ Discussão que apresentaremos posteriormente, no capítulo de apresentação e análises das estórias dos que foram expulsos da AD.

CAPÍTULO 2 - O *DESVIO* E O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO

Neste capítulo discutimos maneiras pelas quais se gestam processos de questionamentos da normatividade assembleiana, as eventuais infrações e os processos de estigmatização e expulsão de membros classificados como “desviantes” das comunidades da AD.

O preço da conversão – aqui pensando nos que participam das comunidades da AD sem terem nascido em famílias assembleianas, os que experimentaram o “mundo” antes de se afiliarem à instituição – é alto, conforme demonstra Monalisa Ribeiro Gama, em sua dissertação intitulada *O PREÇO DA CONVERSÃO: uma análise das trocas simbólicas e dos mecanismos de subjetivação dos conversos à Assembleia de Deus* (2015).

Converter-se implica em morrer, a partir do reconhecimento dos desejos e modos de ser e existir no mundo anteriores à entrada na AD como “pecaminosos e produzidos pelo diabo”, devendo, portanto, serem negados e suprimidos, para que nasça a “nova criatura”, uma nova subjetividade, adequada ao que se define como “justificado”, “salvo”, “purificado pelo sangue de Jesus”, “redimido”, “santificado” (GAMA, 2015), todos esses termos usados para descrever a adesão a um sistema cultural específico – o da AD – que produz uma redefinição ontológica radical dos sujeitos sociais convertidos.

A emergência de pontos de fricção com a normatividade assembleiana – internalizada e naturalizada através do discipulado e da participação assídua nas atividades da AD, através das quais ela é naturalizada – é, assim como a conversão, um processo que custa caro aos indivíduos que a experimentam.

A expressão que sintetiza a experiência de divergir em geral e particularmente na AD é “conflitos internos e externos”. Internos, na medida em que a construção de um novo *self* começa a emergir; e externos, na medida em que a divergência quando visibilizada produzirá desconforto e diversos tipos de preconceito no meio em que o divergente está inserido.

A performatização de comportamentos divergente em relação ao estabelecido como “normal” “adequado”, “desejado” pela comunidade de fé, e, principalmente, o questionamento feito aos líderes acerca das doutrinas e

práticas ensinadas, e aceitas no processo de conversão e consolidação na comunidade religiosa, o que serviu para a estruturação do novo *self* do indivíduo que se converte, implica em processo violentos de mortificação social. Não é à toa que muitos dos fiéis da AD, como presenciei inúmeras vezes, preferem viver a vida inteira dentro da igreja, mesmo tendo uma vida dupla, a sofrer as punições da comunidade evangélica e da família, recorrentes em casos de expulsão da igreja.

De acordo com Becker (2008), o desviante é construído pelo grupo que se autodefine enquanto padrão, como se tivesse cometido uma ação imprópria, por menor que ela seja. As regras são rígidas e a permanência no grupo exige a observância e a lealdade a tudo que é estabelecido pela comunidade e seus líderes.

Becker (*idem*) também argumenta que o *desviante* é observado de forma atenta pelos não *desviantes*, pois a própria divergência/*desviância* serve para consolidar a posição definida como padrão. Construir a rotulação do “outro” como *desviante*, reforça a plausibilidade da identidade dos que se apresentam como leais ao modelo de membro/membra ideal.

Sobre o processo/carreira que resulta na categorização de membros/membras como desviantes, Becker (*idem*, p. 38) afirma:

O primeiro passo na maioria das carreiras desviantes é o cometimento de um ato não apropriado, um ato que infringe algum conjunto de regras. As pessoas usualmente pensam em atos desviantes como motivados. Acreditam que a pessoa que comete um ato desviante, mesmo pela primeira vez (e talvez especialmente pela primeira vez), pratica-o de propósito. Seu propósito pode ser ou não inteiramente consciente, mas há uma força motivacional por trás dele.

A observância total da normatividade institucional valida o membro, habilitando-o a continuar a participar das liturgias e a ocupar posições/cargos na igreja. A divergência exposta aciona o processo de deslegitimação do membro/da membra, não sendo fácil o desvincular-se da comunidade. Se o/a membro/membra participa dela desde sua meninice, o drama pode ser ainda maior.

Quando o processo de rompimento é o resultado de uma decisão individual, devida ao reconhecimento do não pertencimento em termos simbólicos, da não concordância com a visão teológica da AD, da discordância baseada na reflexão e crítica ao sistema normativo da igreja, a saída da comunidade pode ser experimentada como uma libertação.

Nos casos de expulsão devido a infrações e divergência que não puderam ser contornadas pelo sistema de controle e reconhecimento da AD, o potencial de traumatismo tende a ser forte. Para membros/membras que comentem o que é definido pelo regulamento da AD, mas continuam partilhando do sistema cultural nela vigente, ser assembleiano/a significa fazer parte do “corpo de muitos”, partilhar uma “segunda pele”, adquirida através do processo de conversão.

Minha experiência me permite falar sobre o significado especial do pertencimento e da dor da expulsão com propriedade. A exposição a modelos de socialização referidos a outras comunidades de sentido, divergentes daquela em que se foi mergulhado na infância, na família gera ansiedade, desconforto, traumas e em casos mais graves, suicídios.

Na igreja da qual eu fazia parte, uma jovem membra se envolveu afetivamente e sexualmente com um homem casado. A descoberta do caso e com a confissão do adultério que ela foi pressionada a fazer publicamente, a jovem de apenas 17 anos não suportou a cobrança da avó, que era dirigente de círculo de oração, e o julgamento das mulheres casadas da comunidade, que passaram a vê-la e trata-la como uma ameaça aos seus casamentos foi mais do que ela poderia suportar. A jovem cometeu suicídio. No seu culto fúnebre, na pregação do pastor me marcou uma frase pro ele proferida: “esse é o destino dos pecadores”.

Como em todo sistema normativo, também na AD existem casos que são analisados e perdoados sem nem mesmo o/a membro/a passar pelo crivo das autoridades que ocupam cargos mais elevados nem da comunidade em geral. Isso vai depender da família desse membro, do seu *status* financeiro, do grau de instrução e montantes regulares de contribuição – dízimos e ofertas; bem como do “pecado” cometido, pois há uma hierarquia dos pecados. Há aqueles tidos

como perdoáveis e outros que são imperdoáveis. A referência bíblica recorrentemente usada no estabelecimento dessa hierarquia é a seguinte:

Por esse motivo eu digo a vocês: Todo pecado e blasfêmia serão perdoados aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada. (32) Todo aquele que disser uma palavra contra o Filho do homem será perdoado, mas quem falar contra o Espírito Santo não será perdoado, nem nesta era nem na que há de vir. (Mateus 12:31,32)

Essas palavras atribuídas a Jesus servem de base para classificar alguns pecados como “blasfêmias contra o espírito santo”, ficando a decisão do que se inclui nessa categoria nas mãos de líderes religiosos. Um exemplo ilustrativo disso trago da minha experiência na AD: inúmeras vezes presenciei pessoas enunciarem sua orientação sexual divergente em lágrimas, repetindo várias vezes que iriam para o inferno, por terem abandonado a “sã doutrina”, já que “ser homossexual” significava renegar a confissão feita desde o batismo e durante o cumprimento dos ritos de consolidação na AD, o que implicaria em blasfêmia contra o espírito santo.

A hierarquia dos “pecados” disseminada na AD instaura medo e insegurança no “crente”, produzindo, por um lado, a plausibilização do modelo padrão de membro/membra, e, por outro, uma economia da ocultação das eventuais infrações cometidas.

Contra essa economia da ocultação das infrações trabalham tanto o sagrado de que se reveste a normatividade da AD, quanto a disputa pelos cargos eclesiásticos, que fazem com que olhos afiados dos concorrentes se apliquem na busca de falhas nos que os ocupam.

Uma vez descoberta e exposta uma infração cometida, a única saída possível para o infrator é a reunião com os líderes e a confissão daquilo que na comunidade é definido como “pecado”: adultério, homoafetividade, sexo fora do casamento, vestimentas inadequadas dentro e fora do templo, consumo de bebidas alcoólicas, amizade com pessoas homossexuais, divórcio *etc.*

Nos casos em que o infrator, o *desviante* decide se submeter ao processo de punição, de modo a conquistar seu direito de permanecer na igreja, o

processo litúrgico de purificação envolve algumas etapas a serem seguidas, a saber: (1) “abandonar o pecado”, (seja ele qual for); (2) confessar o “pecado” cometido diante de toda a congregação, em um culto de Santa Ceia; (3) pedir perdão ao corpo de Cristo (igreja), de preferência de joelhos, pelo escândalo causado (ofensa à moral da comunidade); e, no caso de pecados considerados mais graves, submeter-se a uma disciplina mais rígida, exemplar, como, por exemplo a perda do cargo e impedimento de reassumi-lo. As penas disciplinares são variáveis, podendo ser de três meses até um ano, dependendo do “pecado” cometido e do tamanho do “escândalo”/ofensa trazido/da para a igreja.

Esse processo de submissão à exposição e humilhação pública é visto como demonstração de coragem e força pela comunidade, na medida que o “pecador” teve a coragem de confessar seu erro e se submeter à disciplina correspondente. Durante esse período ele/ela, é acompanhado/a por irmãos designados pela liderança da igreja, para que ele/ela não caia outra vez em tentação, isto é, não transgrida novamente.

Nos casos em que não são encontrados meios de reconciliação/reparação – por exemplo, quando o “pecado” é “ser homossexual” ou “ser divorciada”, estados considerados irreversíveis, a despeito das propostas de terapias de mudança de orientação sexual –, a liderança, junto com a comunidade, toma a decisão de expulsão do/da membro/membra infrator/infratora - desviante, e o indivíduo começa a experimentar todo o processo de desligamento e sofrimento que culminará no seu desligamento da AD.

A decisão de desligamento do indivíduo costuma ser publicada no âmbito da comunidade, ativando o que Goffman (1988) vai denominar de atribuição de **estigma**, uma qualidade que desqualifica pessoas para a participação em conjuntos determinados de interações sociais.

Segundo esse autor, cada sociedade categoriza as pessoas como sendo “normais” e outras como “anormais”, “abjetas”, “monstruosas”, “aberrações”, estigmatizando-as.

Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que

em quase toda nossa sociedade levam ao descrédito. (GOFFMAN, 1988, p.12).

Ao conceituar o termo estigma, Goffman (1988) enfatizou algo interessante: ele afirmou que "um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem" (*idem*, p.13). Em termos práticos, a figura do desigrejado involuntário, aquele que é expulso da igreja, ao ser alvo das punições e sanções decorrentes de infrações da normatividade institucional, valida a conduta dos que permanecem, reforçando os padrões classificatórios determinantes para a aceitação ou exclusão do grupo.

Os processos de estigmatização produzem incertezas, inseguranças, instabilidade emocional e podem resultar em distúrbios psicológicos, em casos graves de depressão. É difícil romper e ser estigmatizado por um grupo que antes fazia parte de sua rotina, com o qual foram estabelecidos laços afetivos significativos.

Quando normais e estigmatizados se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversação, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia, porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentaram diretamente as causas e os efeitos do estigma. O indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os normais o identificarão e o receberão. Essa incerteza é ocasionada não só porque o indivíduo não sabe em qual das várias categorias ele será colocado, mas também, quando a colocação é favorável, pelo fato de que, intimamente, os outros possam defini-lo em termos de seu estigma. (GOFFMAN, 1988, p..23)

2.1 - A construção da inferioridade do/da infrator/infratora

As rupturas com os credos religiosos trazem para o *desviante* o sentimento de pertença a si mesmo, embora ele tenha a consciência que regras da comunidade foram quebradas e que os olhares de reprovação poderão ser-lhe direcionados, bem como intensificada a vigilância de sua conduta, o que afeta as dinâmicas relacionais em sua vida cotidiana.

Becker (2009, p. 9) define os *desviantes* como “pessoas consideradas desviantes por outras, situando-se por isso fora do círculo dos membros “normais” do grupo”. A esse termo, o autor associa o *status* correspondente a ele associado de *outsiders*, aqueles considerados “de fora” do grupo. Essas classificações conduzem os divergentes, os infratores ao rompimento com os vínculos morais e sociais que antes fazia dele um indivíduo “acreditado” (GOFFMAN, 1988), portador de características particulares tidas como “normais” “aceitáveis”, e, no extremo o polo do pertencimento legitimado, como “desejadas”.

Neste trabalho tenho a intenção de compreender os caminhos percorridos pelos “desigrejados involuntários”, elicitando narrativas sobre como o desligamento da AD incidiu sobre sua autoimagem, sobre seus relacionamentos interpessoais, com a família, bem como sobre outras áreas da vida cotidiana deles.

Minha experiência pessoal e o contato com outros *desviantes* “desigrejados involuntários” têm indicado uma gama variada de sentimento em relação à AD: alguns experienciam um ressentimento profundo, uma mágoa em relação à instituição; outros apresentam um sentimento de nostalgia referida à participação nos grupos dos quais faziam parte no período em que eram membros da AD; outros concentram suas reclamações nas reações da família e amigos/irmãos/irmãs na fé, que não os apoiaram.

O processo de expulsão da AD também marca a emergência de um certo questionamento em relação às normas dogmáticas a que se submetem os que se convertem e a relação entre o que se anuncia como a mensagem central da igreja e suas práticas relativas ao tratamento do que a comunidade define como infrações ou falhas.

Os estudos socioantropológicos acerca de processos e dinâmicas de estigmatização em comunidades religiosas são importantes para compreendermos o funcionamento dos sistemas normativos das instituições. As experiências e discursos dos que saíram ou foram expulsos de grupos também possuem um potencial de revelação sobre as maneiras pelas quais se constroem modelos de lealdade, fidelidade e como os grupos se constituem enquanto

entidades preocupadas com sua reprodução, oportunizando que vozes que costumam ser silenciadas ganhem visibilidade.

Os processos de construção da desviância e do desvio são relacionais e mobilizam sistemas de símbolos e de crenças que dão fundamento à concepção de normalidade, uma das mais antigas paixões da história humana.

No que se refere ao processo de estigmatização e construção da figura do desviante, a exigência da confissão pública do “pecado” é fundamental, embora a o papel da fofoca e dos rumores que precedem a exposição e humilhação públicas é muito significativo. Em *Estabelecidos e Outsiders*, Elias (2000) discute o papel da fofoca na sociogênese do preconceito e adicionamos aqui, do estigma.

Quando, no culto em que se realiza o “rito da santa ceia”, o/a “pecador”/“pecadora” é exposto/a para todos os fiéis (culto com maior público), podemos inferir que se fortalece o sistema normativo da AD, apostando-se no reconhecimento da confissão pública como meio de conquistar o perdão da comunidade, um meio de reparação da ofensa feita à normatividade cujo reconhecimento é socialmente partilhado.

Além da necessidade de suportar a humilhação da exposição pública relativa a algo que foi feito em segredo, exige-se do/da infrator/a que vocalize o “pecado”/“delito” cometido, para que a comissão doutrinadora e a comunidade de fiéis julguem o nível de gravidade da infração confessada. Desse julgamento depende a decisão pela imposição de disciplina ou pela expulsão.

Os/as membros/membras que se recusam a passar por esse processo público de tentativa de reparação da ofensa feita contra a comunidade moral da AD, sendo mal avaliados por isso e convocados para uma reunião excepcional, na qual terão a oportunidade de se ajoelhar e pedir perdão diante da cúpula mais poderosa da igreja.

Aqui cabe mais uma vez diferenciar o tratamento dado a mulheres e homens na AD no modelo assembleiano de religiosidade. O corpo humano é definido como espaço de santidade, como o “templo do espírito santo”. O corpo da mulher é mais cobrado, vigiado e regulado, incluindo os *Usos e Costumes* seções específicas relativas a regras relativas a vestimentas, cabelos, uso de

acessórios e adornos, além das relativas à guarda da virgindade até o casamento, bem como a prescrição da fidelidade conjugal. Infrações dessas regras rendem às mulheres assembleianas a acusação de leviandade e a classificação de “destruidoras de lares”.

Observa-se uma disputa interna entre as próprias mulheres da AD, na qual associa-se a figura da transgressora de regras relativas à corporalidade/sexualidade/aparência a uma personagem bíblica, Jezabel. É comum se ouvir nos templos assembleianos a seguinte frase: “existe muita Jezabel aqui dentro. Precisamos prestar atenção, pois a finalidade delas é destruir casamentos”.

Jezabel é uma personagem bíblica que destoava da norma padrão, transformando-se no arquétipo feminino de “pecado”, um anti-modelo de como uma mulher deve se comportar na igreja. Os pecados de Jezabel eram enfeitar-se, cuidar da aparência, não aceitar a opinião do esposo de forma submissa e mandar no reinado do mesmo.

Quando um homem assembleiano “peca”, recebe um tratamento diferenciado. O “erro”/“pecado” quando cometido por homens é mais rapidamente esquecido e o estigma que ele carrega é mais suave do que o imposto sobre a mulher.

Esse ponto se relaciona com a dominação e o poder exercido pelo homem no âmbito religioso, contando com a cumplicidade de suas companheiras, que estão mais propensas a perdoá-los caso cometam do que a mulheres infratoras, apontando para a naturalização da primazia dos homens sobre as mulheres na AD (BOURDIEU, 2011).

As religiões têm, explícita ou implicitamente, em seu bojo teológico, em sua prática institucional e histórica, uma específica visão antropológica que estabelece e delimita os papéis masculinos e femininos. O fundamento dessa visão encontra-se em uma ordem não humana, não histórica, e, portanto, imutável e indiscutível, por tomar a forma de dogmas. Expressões das sociedades nas quais nasceram, as religiões espelham sua ordem de valores, que reproduzem em seu discurso, sob o manto da revelação divina. O lugar das mulheres no discurso e na prática religiosa não foi, e frequentemente ainda não é, dos mais felizes. (ROSADO NUNES, 2005, p. 364)

De acordo com a autora acima citada o espaço das mulheres nas igrejas cristãs ainda é muito pequeno, sendo esses territórios predominantemente masculino quando se trata da ocupação de cargos de destaque e poder; e, feminino, nos cargos inferiores, sendo as principais decisões relacionadas a qualquer mudança tomada apenas pelos homens assembleianos.

Sendo homem ou mulher, o sujeito que passa por uma expulsão da AD primeiro busca se compreender e aceitar sua condição atual; depois ele passa por uma série de humilhações eclesiais dentro da igreja na qual foi socializado; e, em seguida, na própria família, se a mesma for cristã.

Os declarados *outsiders* procuram caminhos para a reconstituição de laços interacionais, buscando se aproximar de outros indivíduos que compartilhem o mesmo estigma. Eles buscam conforto e apoio moral para que possam, aos poucos, compreender todo o processo que passa a enfrentar, procurando na sequência dar um novo sentido para sua vida (GOFFMAN, 1969, pag.28).

Convicto/convicta que não é mais aceito/a na igreja devido à inescapabilidade da sua condição de 'trânsfuga da fé', devido ao tipo de pecado do qual a AD pensa que não é possível voltar atrás, o/a desviante entende que é hora de assumir sua identidade real (GOFFMAN 1969) e buscar identificação com grupos que sofreram estigmas semelhantes em outras esferas da vida social. Segundo Goffman esse percurso é fundamental para a ressocialização desse indivíduo (GOFFMAN, 1969, p. 62).

2.2- A abominação do corpo

Existe uma diferença entre estar disciplinado, na igreja, porque confessou seu pecado e dessa forma foi perdoado e cumpre a disciplina proporcional ao erro cometido dentro da instituição, sendo inclusive bem tratado, pois não ocorreu a apostasia da fé e ter sido excluído/a. Esse/essa membro/a em *status* de *disciplina* recebe atenção em termos de vigilância do processo de reparação de sua fachada, por exemplo, na forma de visitas domiciliares, quando os que o/a acompanham no processo disciplinar percebe sua ausência dos cultos de instruções para reconciliação com o 'corpo de cristo' (a igreja).

O/a que decide sair ou é expulso/a da AD, chamado de *desviado/a*, passa por um processo de metamorfose no molde kafkaniano, pois o seu corpo passa a ser visto como algo ‘imundo’, ‘perdido’, ‘sujo’ e ‘indigno de comunhão’ com os/as que ficaram.

Os/as que permanecem passam a rejeitar o contato e o convívio com o/a *desviado/desviada*, não importa qual nível de amizade exista entre eles/elas e o/a que *se perdeu*. No sistema cultural assembleiano, conviver com um/a “pecador/a” é contaminar-se com o “pecado”, podendo prejudicar a reputação daquele/a que quer permanecer na igreja.

O percurso a ser seguido pelo/a *desviado/a* expulso/a pela igreja é marcado pela solidão, frustração e decepção consigo mesmo/a e com os/as que o/a rejeitam depois dos vínculos às vezes formados desde a infância. Ao ser expulso da AD, o ex-membro não é mais convidado para compartilhar momentos especiais tais como casamentos, aniversários, formaturas e outros do gênero, tornando-se indigno até de uma simples conversa banal, cotidiana.

A ruptura com a AD, quer seja voluntária ou involuntária gera conflitos na rede de amizades e também dentro da família. No meu caso, passei a ser vista com “a rebelde” que esqueceu de todos os princípios e ensinamentos aprendidos desde a infância, depois que adentrei na universidade. Carregar o estigma do divórcio também não é fácil, já que esse tema é alvo de constante trabalho inculcador para sua demonização. A passagem bíblica a seguir é a mais utilizada como base para a condenação da prática:

Disse-lhes ele: Moisés, por causa da dureza do vosso coração, vos permitiu repudiar sua mulher; mas ao princípio não foi assim. Eu vos digo, porém, que qualquer que repudiar sua mulher, não sendo por causa de prostituição, e casar com outra, comete adultério; e o que casar com a repudiada também comete adultério. Porque Deus fez macho e fêmea e, portanto, **odeia o divórcio**. (Mateus 19:8,10, negrito da autora)

Esse trecho bíblico é, segundo os preletores da palavra de deus na AD, a chave hermenêutica que alerta e desestimula a prática desse “pecado” odiado por Deus. Com base nessa passagem, uma mulher ou um homem traídos que decidem não permanecer mais no vínculo matrimonial, mesmo que o cônjuge lhe

peça perdão, serão condenados sem possibilidade de apelação. Os cônjuges que reconhecem seu erro, pedem perdão e conseguem manter o casamento são aplaudidos.

No meu caso, semelhante aos de muitas, transformei-me em uma mulher mal vista, “rancorosa”, “desobediente”, sem pudor, sem humildade para perdoar e indigna de continuar a ocupar os cargos que antes ocupava. Não adianta argumentar que o casamento já estava desgastado, que sofria abusos psicológicos e humilhações e que o divórcio proporcionou um novo recomeço de vida; não importa! O templo do espírito santo foi profanado. Essas são as regras e o *modus operandi* da AD.

Este corpo que antes era chamado de Templo do Espírito santo, passa a ser considerado como “morada de satanás”. As famílias de indivíduos que decidem deixar a AD ou são dela expulsos também passa por diversos constrangimentos dentro da igreja.

Se o/a desviado/*desviada* tiver posses, a instituição investe no mecanismo da disciplina. Para indivíduos de situação financeira privilegiada são feitas visitas de alguns líderes, com a intenção de persuadir o agora **desigrejado**, que, rebelde, *desviou-se da salvação*.

O *desviado* de poder aquisitivo alto ou de significativo capital religioso (BOURDIEU, 1996) pode passar de um corpo indesejado agora a alvo de apelos e tentativas de conquistar seu arrependimento, passando o *desigrejado* é procurado por “irmãos” que, obedecendo ao “chamado de Cristo”, tentam resgatar a “ovelha que fugiu do aprisco”.

Quando o investimento não funciona, o “ex-crente” passa a sofrer todo tipo de vexame, começando pela cassação de sua carteira de membro, passando pelo envio de um ofício/comunicado a todas as congregações da AD, alertando que o agora “oficialmente desviado” não seja recebido entre os “santos”.

Oficializado o desligamento do indivíduo, rompem-se os vínculos por ele construídos, inclusive aqueles firmados desde a infância. Quando insisto em falar dos vínculos é por experiência própria: é humanamente impossível conviver com alguém tentando lhe convencer que seu destino é o inferno. Também é difícil e

doloroso ser visto entre os familiares como a “ovelha que se desgarrou”, sempre recebendo admoestações e tentativas de convencimento do que consideram seu erro.

Perde-se o convívio com o grupo de irmãos/irmãs da igreja, experimenta-se o sentimento de decepção da família e se entra em caminhos de solidão.

2.3 - A solidão do *desviante* e a incompreensão familiar

A ideia de pesquisar o sentimento dos que saíram da AD partiu de minha própria experiência. Não é um lugar confortável de estar, pois vários gatilhos foram acionados no decorrer desta escrita. Conhecedora do funcionamento interno e das normas rígidas da AD, eu tinha noção do que me aguardava, mas não imaginava que o rompimento me traria tantas angústias.

Todos os dispositivos e costumes assembleiano ainda fizeram parte de minha rotina e linguagem. Não se perde um *habitus* significativo sem despedaçamentos (BOURDIEU, 2003). Esse processo foi solitário e incompreendido por muitos. De certa forma a saudade me visitava muitas vezes durante a semana. Não da instituição, mas dos amigos que fiz e que hoje se afastaram ou me olham como uma apóstata. Quantas vezes já ouvi “quem era você e como fostes educada, e olha como você se encontra agora”.

A vontade de permanecer na igreja e a de quebrar as normas entraram em conflito e o desligamento foi minha opção. Afinal de contas, divorciados que levam uma vida sexual ativa, além de mal vistos, necessitam abandonar a prática condenada e pedir perdão a Deus pelo suposto adultério, habilitando-se assim a receber de volta o galardão de estar “entre os santos”, “puros”, “limpos” de coração, que compõem o “corpo de Cristo”.

Essa solidão é experienciada de várias maneiras: a distância familiar, a perda dos vínculos feitos na própria igreja, e o enfrentamento da construção de novos laços e de sentido para a vida. Antes havia papéis sociais bem definidos na minha vida: eu era uma mulher casada, professora de escola dominical, ensinava em seminários teológicos e era uma mãe dedicada.

Com a saída da AD meu *status* se modificou para: divorciada, pecadora, impura (porque a igreja não permite sexo fora do casamento) e ignorada por aqueles que um dia eu chamei de amigos. Ser socializada na infância e por um pastor da AD torna a ruptura muito complexo, envolvendo um sentimento de fracasso e de deslocamento dentro dos novos papéis que eu viria a ocupar foi doloroso, lento e gradativo.

Não conhecer outra realidade e construir uma em meio a tantas críticas e interpelações persuasivas é uma tarefa árdua, porém também experimentada como gratificante.

Focalizar as narrativas e as dores dos indivíduos cujas histórias de saída da AD apresentarei no próximo capítulo desta dissertação de certa forma serve de lenitivo para mim e acolhimento para os que decidiram partilhar suas experiências, principalmente as referidas à rejeição familiar. Ouvir de familiares: “prefiro que morras”; vivenciar a quebra de vínculos que antes da ruptura com a AD ofereciam apoio, segurança e acolhimento abriram feridas que ainda não cicatrizaram.

Essa experiência de sentir novamente as emoções que há muito tempo estavam adormecidas em mim, trouxeram reflexões sobre a fragilidade das relações afetivas e a necessidade de encontrar forças para o enfrentamento dos conflitos, como também produziram a aceitação do meu novo papel diante das relações com minha família, nas quais, apesar de existir amor, também passaram a ser atravessadas pela distância social entre indivíduos de classes diferentes dentro da mesma sociedade, como bem elaborou Velho (1987, pp. 124-125).

O fato de dois indivíduos pertencerem à mesma sociedade não significa que estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes, porém aproximados por preferência, gostos, idiosincrasias (...). O fato é que se está discutindo o problema de experiências mais ou menos comuns, partilháveis, que permitam um nível de interação específico. Falar-se a mesma língua não só não exclui que existam grandes diferenças no vocabulário, mas que significados e interpretações diferentes podem ser dados a palavras, categorias ou expressões aparentemente idênticas.

Ao mesmo tempo que eu me sentia pertencendo, na mesma proporção o sentimento de inadequação tomava conta de mim. Ser uma *outsider* quando apenas você em toda família “abnegou” da fé, não é fácil. Até hoje eu ainda escuto da minha mãe que se eu não me arrepender, irei para o “inferno”, diferente dos meus irmãos, destinados a irem para o “céu”.

Quando escrevo ‘solidão’, refiro-me ao percurso de compreensão da minha nova condição social. É muito comum as pessoas olharem para você com pena ou até mesmo passarem e não cumprimentarem. Confesso que o sentimento não é dos melhores.

Sempre que acontecem encontros familiares ou entre pessoas com quem convivi durante esses trinta anos de AD, sinto desconforto. Não pela minha escolha, mais pelos processos de rememoração das vivências antigas, os quais que me causam tanta dor.

Conforme afirma Lahire (2002), os estoques individuais de disposições estão em processo de potencial reativação, gerando em mim sentimentos contraditórios, decorrente da fricção entre as disposições antigas e minha nova realidade de *desigrejada* e a atual.

2.3.1- A homossexualidade e o estigma

A incompreensão familiar vivenciada pelos *desviados* é uma lacuna aberta de dores, principalmente se o *desvio* estiver relacionado à sexualidade. Muitas pessoas que fazem parte da AD têm uma vida dupla. Não publicizando sua orientação sexual, eles vivem em casamentos “de aparência”, representando papéis de matrimônios exemplares nos púlpitos das igrejas.

Quando ensinava em seminários tanto Assembleianos quanto de outras religiões ouvi relatos de mulheres que viviam uma “vida de fachada”, de mentiras, com seus maridos se relacionando com outros homens. Para não perder o *status* e respeitabilidade adquiridos durante muitos anos, preferiam viver uma vida dupla, calando-se e mantendo a pose.

A homossexualidade sempre foi tratada pela AD como um dos pecados mais graves a serem cometidos, e, o mais combatido entre todos que eles consideram “pecado para morte”, irreconciliável. É impossível assumir sua condição sexual e permanecer dentro da AD. Existe a alternativa de confessar o que eles consideram ser um pecado e resignar-se a abandonar as práticas sexuais com iguais, mas mesmo nesses casos sofre-se a estigmatização ao permanecer no rol de membros. Ocorrem zombarias explícitas, olhares, rumores, além do impedimento de participar de certas atividades e de assumir cargos na hierarquia da AD.

De acordo com Butler (2008), a sociedade ocidental está firmada sobre um padrão heterossexista, heteronormativo, o qual produz a estigmatização da homoafetividade. Esse padrão é disseminado por diversas religiões.

No Brasil, as igrejas protestantes e principalmente as das vertentes neopentecostais e pentecostais são mais aguerridas quando o assunto é homossexualidade. Com elas não existe diálogo sobre esse tema.

Durante anos presenciei discriminação e falas homofóbicas em relação a membros que, mesmo sem nunca terem deixado clara sua orientação, eram vistos como tendo trejeitos e “vestígios” que os líderes julgavam como sendo indicativos de homossexualidade. Assisti a muitos sofrerem abusos e exposições diante da comunidade da AD.

As igrejas pentecostais baseiam sua posição homofóbica em textos bíblicos interpretados como sendo condenadores da homossexualidade e também a associam com problemas psíquicos e possessões demoníacas. Muitas vezes existem associações a divindades de religiões afro brasileiras, como a incorporação de pomba gira e outros demônios que fazem com que o corpo do homossexual perca sua faculdade racional e passe a obedecer a esses seres malignos.

De acordo com Braga (2017) estudos realizados com famílias norte-americanas demonstraram empiricamente como as relações familiares são conflituosas quando filhos/filhas decidem expor sua orientação sexual divergente dos padrões heteronormativos, havendo agressões, expulsões e nos casos mais graves, punições físicas.

Toda essa situação provoca fortes impactos tanto nas dinâmicas relacionais familiares, quanto na saúde psíquica desses jovens, causando transtornos, ansiedade, depressão, síndrome do pânico e muitas vezes ocorrem tentativas de suicídios e suicídios.

Como veremos no próximo capítulo, um dos motivos frequentes da expulsão de indivíduos da AD é a descoberta ou publicização da orientação homoafetiva deles/delas.

2.3.2 A confissão da homossexualidade no ambiente religioso

O corpo como bem elaborou (Guacira,2016) é um construto histórico que passa por diversos investimentos disciplinares. Esse investimento ocorre logo após o nascimento das crianças, a partir do qual ela é objeto de pedagogias da corporalidade, nas quais o sexo é um ideal regulatório cuja materialização é imposta pelos processos de socialização.

Ao longo do tempo, vamos construindo ideais em consonância com o ambiente familiar, escolar, religioso, do círculo de amigos.

Um passo adicional na teoria da construção social afirma que mesmo a direção do desejo sexual em si (por exemplo, a escolha do objeto ou a hetero/homossexualidade) não é intrínseca ou inerente ao indivíduo, mas que é construída. Nem todos os construcionistas dão este passo: para alguns, a direção do desejo e do interesse erótico é fixa, embora a forma comportamental que esse interesse assume seja construída por quadros culturais prevaletentes, assim como a experiência subjetiva do indivíduo e o significado social atribuído a isso pelos outros. (GUACIRA,2016, p.47)

Quando um ator social é inserido no meio evangélico e incorpora suas normas, a descoberta da homossexualidade produz confusão, perplexidade, culpa e desconforto. Existe dentro do indivíduo o “temor a deus” que passa a coexistir com o desejo sexual subjetivado de forma divergente do padrão social e religioso.

Estar em um espaço castrador e repressivo é quase insuportável quando os impulsos sexuais afloram e ainda mais se esses se direcionam para modelos considerados aberrações sociais. No universo da AD esses desejos são “carnais” e devem ser combatidos com jejuns e orações.

A vigilância é constante, principalmente nas salas da escola bíblica dominical, sendo os professores avertidos que, durante a puberdade “a tentação do diabo pode ser maior” e os adolescentes, por não terem “experiência com deus de uma forma mais profunda”, poderão sucumbir às “artimanhas do mal”.

Perguntas relacionadas a sexo são motivo de constrangimento e admoestação repressiva por parte dos professores da Escola Bíblica. Em casos de insistência, os pais são chamados e informados da conduta do/da adolescente.

É exatamente nesses casos que as especulações começam a surgir e a conduta do membro/da membra começa a ser investigada e questionada. Caso aconteça reincidências, a comissão disciplinadora é convocada para uma reunião extraordinária, afim de tratar o caso do adolescente que está “contaminando” os demais com seus questionamentos. Na AD segue-se a máxima segundo a qual: “uma ovelha ruim coloca um rebanho todo no precipício”. Portanto, o “mal tem que ser cortado pela raiz”.

Os pais dos adolescentes “normais” começam a afastar os seus/suas filhos/filhas daquele/daquela que se torna suspeito/suspeita, impedindo que frequentem suas casas, aniversários, reuniões de louvores, dentre outras programações.

As experiências relativas à vigilância e combate da homoafetividade na AD são diversas. Lembro-me de um amigo da adolescência que fazia parte do grupo de louvor e, ao cantar, produzia uma voz mais “fina” do que o considerado “normal”. Com o tempo isso passou a incomodar os dirigentes do louvor e o próprio pastor.

Com o passar o tempo o incômodo foi tanto que o próprio pastor, numa reunião marcada para resolver essa questão, falou ao microfone na frente de todos:” arrume a voz! Essa fala fina não é de homem!” Essa exortação foi inesperada para o rapaz. Ao ouvi-la, ele soltou o microfone e saiu chorando da

igreja. Ele não voltou mais. Ele amava cantar. Sua mãe que o criou sozinha também não voltou. Reportou que o filho ficou extremamente magoado, pois isso já havia se repetido com outros líderes. O rapaz assumiu sua homossexualidade e saiu da igreja magoado. Foi deserdado pelo pai, que disse que na família dele não podia existir filho veado.

O ambiente que antes era de comunhão e amizade, tornou-se abruptamente hostil! Os laços foram rompidos e se produziram mágoa, tristeza, abandono e solidão.

Muitos dos que publicizam sua orientação sexual divergente do padrão hegemônico na sociedade é expulsa de casa. Às vezes são acolhidos por outros que também “assumiram” sua homossexualidade, instaurando-se um tipo específico de solidariedade: o que se constrói entre os que se “desgarraram do rebanho”.

Esse estágio é muito complicado, porque além de precisar lidar com a rejeição familiar, perder o abrigo (sim, a igreja está cheia de pais intolerantes) ele/ela precisa lidar com as visitas frequentes dos grupos de orações, que tentam persuadi-lo/persuadi-la do seu pecado e a voltar para a igreja.

“Curas” são oferecidas, apoio psicológico, apelos emocionais referentes aos familiares que passam por constrangimentos dentro da igreja e tantas outras coisas que o agora o então *desviado* precisa gerenciar. Falo com propriedade de causa e como *desviada* também, não da minha crença, mas da religião que odeia e promove divisão, afastamento, isolamento e mortificação social.

Muitos retornam arrependidos para a instituição. Contudo sua “mácula” nunca desaparece e ele passa a não ocupar nenhum cargo de liderança, a depender do pecado cometido.

No caso de adultério, a disciplina é aplicada e se o membro decidir regressar à igreja, ele é recebido. Depois de cerca de seis meses ele retorna a seus cargos que antes ocupava. Mas se o “pecado” for de “depravação sexual”, termos utilizados pelos “líderes piedosos”, o estigma permanecerá para sempre, mesmo com a confissão e a entrega da carteira de membro. O olhar desconfiado, maldoso, iracundo e impiedoso o acompanhará, caso ele resolva permanecer na AD.

Os que, por pressão familiar, desamparo, confusão mental ou até mesmo arrependimento por terem perdido os vínculos de tantos anos decidem retornar deverão pagar o preço pela saída, como também pelo retorno.

Diferente do filho prodigo² que abandona ou não as práticas que o levaram a expulsão, mas que devido às circunstâncias retorna para casa e é recebido com festa, esse não é o meu caso nem os dos desigrejados, dos que saíram da AD que entrevistei.

Existe no coração dessas pessoas mágoa, desejo ser respeitado pelas suas escolhas, como também saudade, desejo de visitar o templo do qual foram expulsos ou dos quais decidiram sair, sem sofrer nenhum tipo de discriminação devido a sua condição sexual, conjugal ou outra vista como desqualificadora pela AD.

Meu desejo é com esta dissertação dar voz a esses atores sociais, bem como também expor o *modus operandi* da AD, compreendendo assim como funciona sua normatividade, a regulação dos corpos e subjetividades.

² Parábola bíblica sobre a saída e o retorno de um filho que decide gastar tudo o que lhe cabia de herança e é recebido com festas quando retorna para casa, contada no capítulo 15 do Evangelho de Lucas, um livro do Novo Testamento, a segunda parte da Bíblia, o livro sagrado do cristianismo.

CAPÍTULO 3 – OS REGULAMENTOS DE VIDA E O CREDO DA ASSEMBLEIA DE DEUS: OS FUNDAMENTOS DE UM SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

A AD é reconhecida no campo religioso nacional como uma igreja marcada pelo rigor no que se refere a usos e costumes, sendo inclusive esse traço do modelo religioso assembleiano um dos pontos de atração para indivíduos que vivem em contextos de anomia ou de níveis baixos de regulação social.

Antes de apresentar o credo da AD, passamos a discutir como a instituição estabeleceu e revisou seus “usos e costumes”, parâmetros normativos que orientam a construção das noções de ‘certo’ e ‘errado’ na instituição, no intuito de afirmar-se no espaço público e crescer em quantitativo de membros.

3.1 As resoluções estabelecendo os “Usos e costumes”

As discussões acerca dos usos e costumes, nas quais era hegemônica a preocupação com a manutenção da identidade originária da igreja, foram acaloradas nas convenções gerais, desde 1932. Como resultado dessas discussões, em 1946, em uma Convenção geral realizada em Recife, o pastor José Teixeira Rêgo leu um documento publicado no Jornal *Mensageiros da Paz*, principal jornal da igreja, em que constava em tom impositivo regras de vestimentas para mulheres.

Por ser um contexto de pós-guerra, os líderes da AD da cidade de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, temiam que as mulheres se deixassem levar por um “espírito mundano”. A guerra requisitou, principalmente nos países que dela participaram, a ida dos homens aos campos de batalha. Com isso, abriu-se um campo de oportunidades de trabalho para as mulheres, incluídas para suprir as necessidades do mercado. Com o fim da II Guerra Mundial, a ideologia que valoriza a mulher como aquela que “naturalmente” deve servir ao lar voltou novamente com bastante força.

Se no imaginário social dominante³ os homens eram em maior medida privilegiados em relação às mulheres, pode-se dizer que para a AD/MM era fundamental conter a maior participação feminina nos diversos espaços sociais, e sua manutenção sob o controle eclesiástico, embasando os argumentos limitadores a leituras e interpretações bíblica machistas.

O regulamento discutido em 1946, impunha uma rigorosa normatização da aparência física das mulheres, incluindo a prescrição de usar vestidos de mangas compridas, sem decotes e que cobrissem a maior área possível do corpo. A prescrição do uso de meias foi rejeitada. Apesar disso, fica claro que a intervenção sobre o corpo feminino sempre esteve no centro da pauta dos usos e costumes assembleianos.

Após este episódio, temos historicamente o retorno dessas preocupações em discussões realizadas em 1960 em razão da eclosão e avanço do movimento feminista, como já comentamos, fazendo com que não mais se adiasse a criação de uma normatização de usos e costumes destinada aos membros com mesmo teor rigoroso do decreto que foi negado/reprovado em 1946.

É necessário ressaltar que embora a normatização de usos e costumes seja válida e constituída para todos os membros da igreja, é possível perceber que a maioria das regras aprovadas se refere à mulher. Na Resolução de Santo André, cinco das oito proibições são destinadas às mesmas, uma para os homens e duas para os membros em geral; enquanto que na Resolução do ELAD, que significou uma revisão da primeira resolução em razão do cenário social de pluralismo, três das seis normas são destinadas às mulheres, uma para os homens e duas direcionadas aos membros de forma geral.

A partir do exposto, fica claro, assim como pontuam Sousa (2017), Sousa (2010), Oliveira (2013) Bandini (2009), e tantos outros pesquisadores da AD no Brasil, que o nível de coerção sempre foi mais intenso sobre a mulher. Para além disso, os critérios identitários na AD também se pautaram no alvo do distanciamento dela em relação às outras igrejas classificadas como evangélicas, o que dava a ela uma espécie de marca distintiva e de legitimidade no cenário religioso, tornando-a peculiar.

³ Compreendemos por imaginário um conjunto de ideias e imagens de representações coletivas, que os indivíduos constroem para si para dar sentido ao mundo (PESAVENTO, 2009, p.43).

De onde vem a base das proibições estabelecidas com maior rigorismo sobre as mulheres, sendo o debate em torno da criação dos regulamentos capitaneado por homens, que ocuparam posições de privilégios desde a gênese da AD no Brasil.

A história nos mostra que Gunnar Vingren, um dos fundadores do então do Ministério apostólico e de fé, nome anterior da igreja AD era possivelmente favorável ao interesse e engajamento de sua esposa, Frida Vingren na liderança ministerial/pastoral da instituição, que o ajudou a fundar a instituição no Rio de Janeiro. Porém ocorreram diversas tensões e perseguições a ela, resultando da volta de sua família para a Suécia, onde também venceram os esforços dos líderes para a reserva das posições de poder na instituição apenas para homens.

3.2 A Resolução de Santo André

Somente no ano de 1975, foi implementada uma resolução normativa sobre “usos e costumes” da AD, quarenta e cinco anos após a realização da primeira convenção nacional da denominação. Nesta época, a Assembleia de Deus já tinha um número bastante considerável de membros, e em razão disso, fazia-se necessário um maior controle doutrinário e do comportamento dos membros da igreja.

Wenert (1987) pontua que a demora por uma resolução se deveu ao fato de que o tema dos ‘usos e costumes’ era considerado delicado entre os líderes, que postergaram um consenso sobre o assunto. Porém, na medida em que se observou um crescimento no número de fiéis da AD, tornou-se urgente um estabelecimento de uma estrutura normativa.

A resolução de 1975, ficou conhecida como a *Resolução de Santo André*, por ter sido formalizada em reunião que contou com pastores da AD de todos os estados do país, naquela cidade, em São Paulo. Abaixo apresentamos as normas criadas e legitimadas para o cumprimento pelos fiéis desta igreja:

“E ser-me-eis santos, porque eu, o Senhor, sou santo, e separei-vos dos povos, para serdes meu”, (Levítico, cap. 20, verso 26)
A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, reunida na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, reafirma o seu ponto de vista no tocante aos sadios princípios estabelecidos como doutrinas na Palavra de Deus – a bíblia sagrada – e conservados como costumes desde o início desta obra no Brasil. Imbuída sempre dos mais altos propósitos, ela, a Convenção

Geral, deliberou pela votação unânime dos delegados das igrejas da mesma fé e ordem em nosso país, que as mesmas igrejas se abstenham do seguinte:

1. Uso de cabelos crescidos, pelos membros do sexo masculino;
2. Uso de traje masculino, por parte dos membros ou congregados, do sexo feminino;
3. Uso de pinturas nos olhos, unhas e outros órgãos da face;
4. Corte de cabelos, por parte das irmãs (membros ou congregados);
5. Sobrancelhas alteradas;
6. Uso de mini-saias e outras roupas contrárias ao bom testemunho da vida cristã;
7. Uso de aparelho de televisão – convindo abster-se tendo em vista a má qualidade da maioria dos seus programas; abstenção essa que se justifica, inclusive, por conduzir a eventuais problemas de saúde;
8. Uso de bebidas alcoólicas.⁴

Nesta Resolução, a AD constrói uma posição que prevê uma cisão entre igreja e espaço público, expressando critérios bem demarcados do que seria um *crente* dela participante. Dessa maneira, constrói uma autoimagem, uma identidade que serviria de referência para os “outros”. Todavia, mesmo em casos como este, em que a identidade da igreja parece de fato expressar um espaço impermeável a outros elementos identitários, ocorre o tensionamento causado por elementos externos, dentre eles a necessidade de se manter no espaço público e se expandir em número de fiéis – a preocupação com sua posição no mercado religioso.

Na década de 1990, conforme relata Fonseca (2010), ocorrem diversas situações que fazem com que os líderes assembleianos repensem suas práticas identitárias e de representação em razão de os até então adotado passarem a ser hegemonicamente vistos como ameaças ao seu crescimento. Dentre os elementos das situações citadas, destacamos as seguintes: (1) o *boom* dos Neopentecostais; (2) a perda de fiéis da igreja Católica e sua atratividade pelos neopentecostais; (3) os movimentos de Nova Era; (4) a tendência macrossocial à desinstitucionalização religiosa; (5) a estagnação dos protestantes históricos e também, segundo dados censitários, das religiões afro-brasileiras; (6) o trânsito religioso de fiéis por variadas formas de cultos, e (7) o próprio tradicionalismo, que passou a ser visto como prejudiciais ao crescimento das AD.

⁴ Resolução de Santo André. Transcrição integral. In: DANIEL, 2004. p. 438.

Esses elementos fizeram com que os líderes revisassem a primeira resolução, tornando-a mais flexível e aceitável, de modo a intensificar a competitividade da AD em relação às igrejas neopentecostais, nas quais se oferecia mais liberdade litúrgica (cultos-shows), passando a ser institucionalmente considerada a cisão radical entre a igreja e o “mundo” como um empecilho na corrida por melhores posições no *ranking* de igrejas relacionadas à “expressão da religiosidade popular” no Brasil, *status* conquistado pela IURD – Igreja Universal do Reino de Deus, que se consolidou como representante do ‘protestantismo popular’ (SILVA, 2021).

Os anos de 1990 se configuraram como a década do pluralismo religioso, o que fez com que alguns estudiosos se questionassem sobre como a AD fez com que seu número de fiéis alavancasse e adquirisse destaque, conforme dados do censo do período de 1991 a 2000.

Frente a todos os desafios expressos nos acontecimentos acima relatados, a AD aceitou o desafio encabeçado por esta mesma igreja nos EUA. Desenhou-se no nível internacional da instituição um programa que objetivava centralmente o crescimento da igreja, o qual ficou conhecido como “Década da colheita”.

Esse programa propunha que a AD revisse algumas de suas práticas, incluindo a sua própria resolução relativa aos usos e costumes, vigente a partir de 1975, quando foi implantada. As modificações da “Resolução de Santo André” passam a ser vista pelos líderes assembleianos como o fator determinante do êxito em termos do crescimento do número de fiéis alcançado pela instituição.

Esta, sem dúvida, foi uma década em que a AD precisou rever o ponto até onde poderia ir seu *aggiornamento*, sua aproximação com o espaço público, de modo a resguardar seus princípios e ao mesmo tempo conquistar mais espaço nele enquanto instituição. A seguir, é possível observar a resolução reformulada e apresentada no 5º Encontro dos líderes das Assembleias de Deus (ELAD) realizado de 23 a 26 de agosto de 1999:

Foi reconhecido pela hierarquia da AD que conviria atualizar a redação da resolução de Santo André, omitindo a expressão ‘como doutrina’, ficando assim: ‘sadios princípios estabelecidos na Palavra de Deus – a Bíblia sagrada – e conservados como costumes desde o início desta Obra no Brasil. Os 8 princípios

da Resolução [de Santo André] foram atualizados conforme o apresentado a seguir:

Aos membros da AD ficam estabelecidas as seguintes proibições:

1. Ter os homens cabelos crescidos, bem como fazer cortes extravagantes;
2. As mulheres usarem roupas que são peculiares aos homens e vestimentas indecentes e indecorosas, ou sem modéstias;
3. Uso exagerado de pintura e maquiagem – unhas tatuagens e cabelos;
4. Uso de cabelos curtos em detrimento da recomendação bíblica;
5. Mau uso dos meios de comunicação: televisão, Internet, rádio, telefone;
6. Uso de bebidas alcoólicas e embriagantes.⁵

Comparando a resolução de Santo André, antes e depois de sua reformulação, notamos a suavização de alguns itens e ainda um complemento em outros. A maquiagem/pintura deixa de ser proibida, porém seu uso deve ser “discreto”; o traje “masculino” para mulheres permanece inalterado, acrescentando-se desta vez a proibição de roupas consideradas “indecentes”; aos homens, continua sendo proibido ter cabelos crescidos, e agora também não se permite cortes “extravagantes”. Se antes não era permitido assistir à TV, agora o foco são os canais, cabendo o membro a seleção dos mesmos, de acordo com os “sadios princípios” conforme fora denominado. Com relação ao corte de cabelo para mulheres, subentende-se que agora passa a ser permitido, porém é claramente vetado que as mesmas os deixem curtos. As bebidas alcoólicas continuam sendo proibidas.

No final da década denominada de “Colheita”, no subcampo da AD, mediante a discussão entre os líderes e as alterações feitas na resolução anterior, tem-se resultados favoráveis e bastante satisfatórios para a igreja, conforme o gráfico abaixo apresentado:

⁵ Resolução do 5º ELAD, publicada na revista **Obreiro**, Nº 11 de junho de 2000. Transcrição integral In: *DANIEL*, 2004. p. 579.

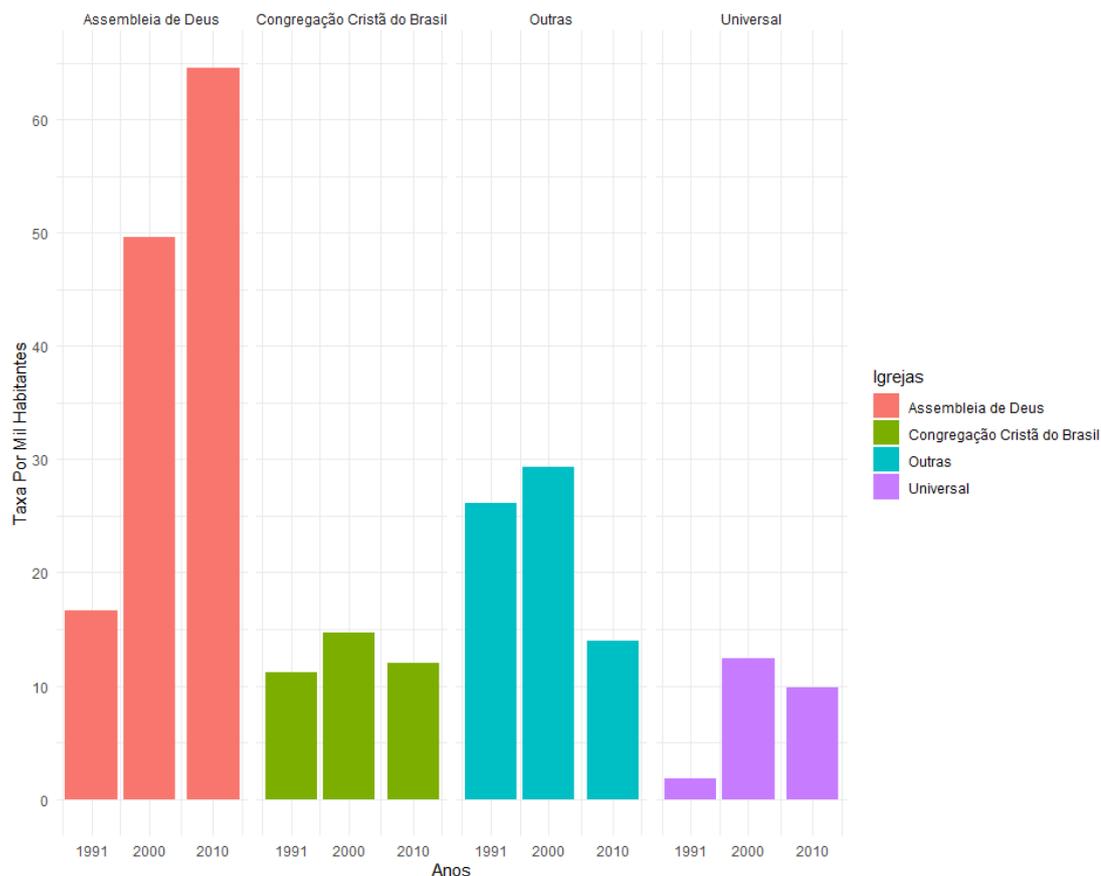


Gráfico 1: Taxa de crescimento da Igreja Assembleia de Deus entre os anos 1990 a 2010
Fonte: Silva (2021, p. 74)

Os dados expressos no gráfico acima, construídos com base no censo/IBGE (2010) deixam claro o intenso crescimento que a Igreja Assembleia de Deus conquistou a partir dos anos 1990. Nesse período, a cada 1.000 (mil) habitantes, 17 se declararam assembleianos; sucessivamente, a taxa aumenta expressivamente nos anos 2.000 para 50 habitantes em 1.000 e volta a subir para 64 em 2010. As preocupações de perda de seu espaço dão agora lugar para a seguridade de permanência no espaço público. Ela passa a ser, reconhecidamente como uma das igrejas protestantes pentecostais que mais abriga fiéis. Para tanto, como vimos, ela precisou de certo modo a “afrouxar” relativamente seus interditos e práticas, o que lhe rendeu uma posição favorável nos números do censo oficial.

Além de considerar a evolução dos *usos e costumes* na AD, é importante também, para uma melhor compreensão a respeito dos relatos obtidos nas

entrevistas desta pesquisa, entender o credo assembleiano⁶, visto que é a partir das regras presentes na resolução acima apresentada e no documento de 'profissão de fé' que é solicitado seja cancelado pelos que expressam seu desejo de afiliação às comunidades religiosas assembleianas. É com referência a esses dois marcos regulatórios da vida dos fiéis assembleianos que se pode compreender as narrativas sobre as dores psicossociais construídas pelos entrevistados, todos marcados pela ruptura com a AD.

O credo é composto de dezesseis tópicos, extraídos das 'sagradas escrituras' e serve como principal norteador doutrinário para os membros da AD. Usado como medida de justiça e verdade, ele aborda vários temas que fazem parte da vida cotidiana, dentre eles a sexualidade humana, o casamento, a morte da carne a partir do batismo, o corpo como templo do espírito santo e a pecaminosidade mundana materializada fora da igreja.

Diante disso, quem deseja adentrar na instituição, antes de ser batizado nas águas, é obrigado, durante um período de 6 meses, passar por um discipulado que consiste no estudo do credo. Ministrado por um presbítero ou evangelista, que são autoridades eclesiásticas, o pretendente ao batismo, durante o discipulado, deve aceitar toda a doutrina como uma verdade inquestionável e revelada por Deus através de seus profetas.

Após tomar ciência e concordar em aderir com a "sã doutrina", o fiel estará finalmente apto a se batizar nas águas, ritual simbólico que tem o intuito de apresentá-lo para toda a igreja como uma nova criatura que renegou a si mesmo e todos os prazeres inidôneos que o mundo possui.

3.3 – Principais tópicos presentes no credo relacionados com a estigmatização dos construídos como 'desviantes'

A Assembleia de Deus crê:

⁶ Trata-se de um conjunto de ideologia e crenças que servem de base para justificar e ancorar todo contexto doutrinário da igreja Assembleia de Deus Missão.

3.2.1 Na inspiração divina verbal e plenária da Bíblia Sagrada, **única regra infalível** de fé e prática para a vida e o caráter cristão (2 Tm 3.14-17);

3.1.2 Na pecaminosidade do homem, que o destituiu da glória de Deus e que **somente o arrependimento** e a fé na obra expiatória e redentora de Jesus Cristo **podem restaurá-lo** a Deus (Rm 3.23; At 3.19);

3.1.3 No perdão dos pecados, na salvação plena e na **justificação pela fé** no sacrifício efetuado por Jesus Cristo em nosso favor (At 10.43; Rm 10.13; 3.24-26; Hb 7.25; 5.9);

3.1.4 No batismo efetuado por imersão em águas, uma só vez, em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, **conforme determinou o Senhor Jesus Cristo** (Mt 28.19; Rm 6.1-6; Cl 2.12);

3.1.5 Na necessidade e na possibilidade de termos **vida santa e irrepreensível** por obra do Espírito Santo, que nos capacita a viver como fiéis testemunhas de Jesus Cristo (Hb 9.14; 1 Pe 1.15);

3.1.6 No comparecimento ante o Tribunal de Cristo de todos os cristãos arrebatados, **para receberem a recompensa pelos seus feitos** em favor da causa de Cristo na Terra (2 Co 5.10);

3.1.7 Cremos, também, que o casamento foi instituído por Deus e ratificado por nosso Senhor Jesus Cristo **como união entre um homem e uma mulher, nascidos macho e fêmea, respectivamente, em conformidade com o definido pelo sexo de criação geneticamente determinado** (Gn 2.18; Jo 2.1,2; Gn 2.24; 1.27).

De acordo com o credo acima é possível traçar uma nítida conexão entre o pensamento ultraconservador assembleiano e a estigmatização sofrida pelos construídos como *outsiders*⁷ nas comunidades religiosas da AD, na medida em que, pela interpretação dos trechos destacados acima, formulada pelo corpo eclesiástico da Assembleia e propagado para a membresia através das pregações, o pensamento preconceituoso se dissemina, revestido do caráter de verdade absoluta.

⁷ O termo *outsiders* pode ser traduzido como “marginais ou desviantes”, assinalando que “marginais” significa, neste contexto, alguém que está do lado de fora, para além das margens de determinada fronteira ou limite social.

Um dos motivos pelos quais estes parâmetros reguladores conseguem se promover como regras de fé inquestionáveis, é o fato do credo assembleiano basear-se em trechos isolados da bíblia. Isto é, são extraídos trechos específicos das 'escrituras sagradas', os quais ancoram a ideia doutrinária que se deseja propagar.

Este tipo de estratégia, na prática, se mostra bastante eficiente, visto que, como já afirmado por Bourdieu (1979, p. 37), "os circuitos de consagração social serão tanto mais eficazes, quanto maior a distância social do objeto consagrado". Quando o pastor recorre aos textos bíblicos isolados não está emitindo uma opinião pessoal (que seria de pouca validade) quando classifica a homossexualidade como pecado. Ao citar o texto bíblico ele se ancora na autoridade do que é visto na AD como a 'palavra de deus', o que reveste de plausibilidade e legitimidade a fala do líder religioso.

A grande questão não são as 'verdades bíblicas', que podem também ser compartilhadas pelos 'desviantes', sem necessariamente conflitar-se com seu estilo de vida, mas sim o estabelecimento de uma leitura ortodoxa, o que resulta como contraponto, na classificação de leituras diferentes como heterodoxias, as quais são estigmatizadas e punidas.

A percepção do desvio a partir da ótica de Becker e a segregação de um grupo a partir de sua estigmatização (GOFFMAN, 1963)⁸ necessita de um aprofundamento teórico um pouco mais denso, que, infelizmente, muitos dos desviantes não possuem, internalizando, conseqüentemente, essa versão como uma verdade originada, de fato, nas escrituras sagradas. Eis então a necessidade de um combate teórico a estes ensinamentos nocivos.

Para concluir este tópico e elucidar um pouco mais os meios pelo qual ocorrem a estigmatização, podemos novamente fazer uma alusão ao pensamento de Goffman sobre o estigma, a partir de uma fala do Papa

⁸ Escrito por Erving Goffman em 1963, o livro *Estigma* desenvolve uma teoria segundo a qual a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros das categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. (...) o termo estigma, portanto, incide sobre atributos depreciativos em determinados contextos sociais.

Francisco, que afirma a respeito da homossexualidade — “Não é crime. Sim, mas é pecado”.

Esta afirmação, por um lado extremamente importante, tendo em vista que emite uma opinião contrária a criminalização da homossexualidade, reforçou, por outro, a ideologia cristã de marginalizar a relação homoafetivo, ao passo que, por ser uma opinião emitida por um pontífice máximo da igreja católica, carrega consigo um ideal sagrado, que embora desmistificado pelo antropólogo Marcel Mauss⁹, ainda possui uma capacidade manipulação simbólica significativa.

Após a apresentação do credo assembleiano, podemos prosseguir para a apresentação da análise das entrevistas, explicando como a concatenação da teoria com a realidade colaborou para a escolha dos atores sociais a serem entrevistados.

⁹ Marcel Mauss foi um sociólogo e antropólogo francês, nascido catorze anos mais tarde e na mesma cidade que Émile Durkheim, de quem é sobrinho. É considerado como o "pai" da antropologia francesa.

CAPÍTULO 4 – O QUE DIZEM, COMO SE SENTEM, COMO VIVEM OS QUE SAÍRAM DA AD

Existem muitas circunstâncias na vida em que indivíduos, voluntária ou involuntariamente, podem deixar parte de sua vida para trás. Migração, separação conjugal, violência doméstica e desafiliação religiosa são apenas alguns exemplos de situações em que se enfrenta a transição e mudanças significativas na vida.

As mudanças na vida frequentemente tornam possível para um indivíduo encontrar um novo contexto e compreensão da vida (ERIKSSON, 2006; RÅHOLM, ARMAN & REHNSFELDT, 2008). Mas mudanças na vida também podem afetar a saúde e o bem-estar negativamente. Mudanças na vida podem levar a estresse, problemas de saúde e sofrimento, devido a separação da família, de amigos, perda de laços de pertencimentos considerados importantes e/ou eventos traumáticos (BHUGRA & JONES, 2001; ANDERSON, RENNER & DANIS, 2012; SBARRA, HASSELMO & BOURASSA, 2015).

O foco deste estudo é a mudança de vida provocada por desafiliação religiosa, ocorridas através de processos de estigmatização e classificação negativa por parte da comunidade de onde os indivíduos aqui focalizados saem.

A desafiliação religiosa pode, sob certas circunstâncias, levar a mudanças significativas na vida do indivíduo, em termos de identidade, redes sociais, saúde e bem-estar (SCHEITL & ADAMCZYK, 2010). Nem todos os que deixam uma comunidade religiosa encontram dificuldades ou enfrentam mudanças traumáticas.

Alguns desafiliados descrevem experiências de felicidade, independência, verdade e mais coerência consigo mesmos (RONIMUS, 2011), bem como a liberdade recém-descoberta e maior bem-estar (WINELL, 2007).

A desafiliação religiosa tem sido estudada sob as perspectivas da sociologia da emoção e da religião. Estudos na área de socioantropologia da religião mostram que a desafiliação muitas vezes é um processo complexo e longo (ALBRECHT, CORNWALL & CUNNINGHAM, 1988; ZUCKERMAN, 2012; NICE, 2019). Indivíduos que nascem em uma comunidade religiosa incorporam

sua visão de mundo em sua própria (FENELON & DANIELSEN, 2016), podem tornar a religião profundamente internalizados e constituidoras de toda a sua vida (TIMONEN, 2013).

As razões pelas quais os indivíduos saem de comunidades religiosas são diversas. Por exemplo, os indivíduos saem por divergências intelectuais com a religião (THIESSEN & WILKINS-LAFLAMME, 2017); às vezes saem pelo fato de que restrições de estilo de vida da comunidade entram em conflito com atrações de modos de viver seculares (HOOKWAY & HABIBIS, 2015); por vezes decide-se sair de comunidades religiosas devido a conflitos geracionais na cultura e nos hábitos (MANTSINEN, 2020).

Nesta dissertação tomamos como objeto de estudo indivíduos que deixam as comunidades da AD pelo fato de serem objeto de estigmatização e de classificação desqualificadoras, sendo delas expulsos formal ou informalmente.

Nas histórias dos que saíram aqui focalizadas, indivíduos adotam, apresentam ou têm visibilizados para a comunidade, alguns comportamentos vistos como reprováveis. Em todo caso de desafiliação, os indivíduos se deparam com uma escolha difícil e podem tentar sair de uma forma que cause pouco dano a si mesmos e a seus entes queridos (RONIMUS, 2011).

Estudos sociológicos mostram que é comum perder relacionamentos e apoio social quando se sai de uma comunidade religiosa (FENELON & DANIELSEN, 2016; KNIGHT *et al.*, 2019) e isso geralmente leva a efeitos negativos na vida dos indivíduos que se retiram delas (SCHEITL & ADAMCZYK, 2010).

Os indivíduos podem experimentar sentimentos de ansiedade, frustração, solidão, tristeza e raiva, como a criação de uma nova estrutura de responsabilidade pessoal e novas perspectivas existenciais. Os indivíduos também podem sentir dor, sofrimento emocional e até mesmo sintomas de transtorno de estresse pós-traumático (WINELL, 2016).

Nosso estudo se concentra nas maneiras pelas quais os indivíduos que saem da AD enfrentam sofrimentos existenciais, que abrangem o ser humano em sua integralidade vital e o significado de viver e ser um humano entre outros (ERIKSSON, 2006).

O campo desta pesquisa e esses atores sociais me atravessam de um modo bastante particular, na medida que, assim como eles, atravessei a experiência de ser rotulada como uma desviante. Sobre eles e eu incidiu o mesmo estereótipo, mas as aflições são experienciadas de maneiras distintas, haja vista que dentro da AD existe uma classificação hierárquica dos pecados e quanto mais perto do profano maior é a estigmatização e exclusão do indivíduo daquele círculo social.

Movida pela vontade de entender a minha estória e a de outros que experienciaram serem expulsos da AD, procurei por ex-membros que, na tabela hierárquica do pecado, estão no topo do rol taxativo.

É importante mencionar que nas pesquisas científicas algumas variáveis como gênero, idade, cor da pele e afiliação religiosa são levadas em consideração para efeitos de caracterização dos sujeitos de pesquisa. Contudo, para este estudo tais critérios não foram levados em consideração, tendo em conta que o cerne da pesquisa busca compreender o processo de estigmatização dos desviantes, independentemente da sua classe social, cor, idade ou religião.

Busquei construir uma rede de empatia e de confiança em mim, conquistada aos poucos, através de uma identificação mútua que permitisse aos entrevistados expor suas dores, vulnerabilidades, experiências individuais com a instituição religiosa e como se deu a relação com seus familiares após a ruptura com a igreja.

Tal metodologia proveio da inspiração em Malinowski (1978), que pela convivência e interação diária com as tribos pesquisadas, adquiriu uma respeitabilidade e confiança, ao ponto de obter informações cruciais sobre o objeto de pesquisa, que de outra forma talvez não conseguiria, consubstanciando-me em Velho (197, p. 113):

A antropologia, embora sem exclusividade, tradicionalmente identificou-se com métodos de pesquisa ditos qualitativos. A observação participante, o contato direto, pessoal, com o universo investigado constituem sua marca registrada. Insiste-se na ideia de que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante

um período de tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia. (VELHO, 1977, p. 113)

Escolhi os atores sociais a serem entrevistados, como já mencionado, de maneira intencional, a partir da rede de relações com membros expulsos da Assembleia de Deus. Ao fazer isso me deparei com dois públicos que resolvi investigar mais a fundo e os fazer meu objeto de estudo: o dos homossexuais e o das mulheres divorciadas. Neste último já me encontrava inserida e foi para mim uma experiência de ampliação do meu olhar, na medida que ouvir o relato de outras mulheres que sofreram o mesmo preconceito permitiu-me enxergar diversos aspectos que circunscrevem a situação que eu não tinha percebido.

Quanto aos homossexuais, os relatos que apresentarei são dramáticos, profundos e tristes, mas ao mesmo tempo libertadores, pois como cita Freud (1996, p.45), “a cura da dor acontece através da fala”. Se a ‘cura’ ocorre realmente eu não sei, mas percebi um alívio emocional por parte dos entrevistados, na medida em que foram ouvidos e compreendidos sem julgamentos e com empatia.

Cumpru acrescentar ainda que nas entrevistas realizadas observei padrões comportamentais repetitivos referentes a desejos de suicídio, de não viver, a falta de convivência com a família e a sensação de rejeição por parte dos antigos amigos de congregação da AD.

Algumas entrevistas foram realizadas presencialmente e outras através de vídeo chamada, pondo-me em ambas as formas sob imersão máxima e ouvindo atenta aos relatos, algumas vezes emitindo reações ao que era me dito, para criar uma situação de empatia, de escuta comprometida e envolvida.

Para este aspecto me apoiei no pensamento de Kaufmann (2013, p.40), que afirma: “a entrevista compreensiva se inscreve em uma dinâmica exatamente oposta à pretendida pelo método do investigador neutro. O entrevistador está ativamente envolvido nas questões, para provocar o envolvimento do entrevistado”. Sem abrir mão de uma atenção difícil, o mais afiada possível, cabe à pesquisadora ouvir atentamente o que lhe é dito. Não

de um modo ingênuo, mas levando sempre em consideração o fato de que “as declarações mais densas devem quase sempre ser lidas nas entrelinhas” (KAUFMANN, 2013, p.112).

Por oportuno, cabe frisar que tal metodologia investigativa também contou com uma prévia entrevista semiestruturada, e após este momento o entrevistado ficava livre para expor seu relato.

O método de abordagem adotado por mim foi decisivo para os resultados obtidos na entrevista, visto que a liberdade de expressão dada aos entrevistados me permitiu captar informações essenciais e necessárias para estabelecer uma ligação entre o depoimento e a teoria sociológica em que me fundamentei.

4.1 Tabela com relação de entrevistados

Nome	Idade	Orientação sexual	Instituição à qual pertenceu
Jefferson da Silva Pereira	29 anos	Homossexual	ADM*
Alice Lyra	30 anos	Bissexual	ADM
Amanda Nogueira Lima	22 anos	Lésbica	ADM
Rosângela Nascimento	50 anos	Heterossexual	ADM
Roberto Farias Pereira	31 anos	Homossexual	ADM
Ana Farias Carvalho	42 anos	Heterossexual	ADM
Peter Brother**	38 anos	Bissexual	ADM
Fernanda Azevedo	32 anos	Lésbica	ADM

*Assembléia de Deus Missão

**Nome fictício atribuído para proteger o anonimato requerido pelo respondente.

4.2 O que nos dizem as estórias dos que saíram

JEFFERSON DA SILVA PEREIRA

“Não sou gay porque quero. Não escolhi me autoflagelar durante a infância. Nasci assim!”.

É com esta frase cheia de significados que inicio a apresentação do relato de Jefferson. Durante sua infância e até os 17 anos da sua adolescência relata que foi socializado em um lar cristão, em que os pais, afirma ele, “orientavam a ser alguma coisa na vida”, pois os mesmos “não tiveram acesso ao estudo”.

Sua igreja de origem é a Assembleia de Deus do Jardim Borborema, onde ele ingressou nas atividades religiosas ligadas à orquestra, conjunto de teatro e sempre que tinha chance gostava de mostrar o seu talento de decorador. Com relação a isto, afirmou que “nessa fase **eu já percebia alguns olhares**, pois um homem que gostava de fazer decoração não era comum. Mas eu não ligava, continuava fazendo o que eu gostava”).

Ao atingir seus 15 anos de idade pode experienciar os primeiros enfrentamentos com sua própria identidade e preconceitos a ela relacionados, era comumente chamado na escola de “**veadinho**”. Nesse período desenvolveu alguns problemas de saúde: “tive várias crises de ansiedade, fazia vários cortes nos braços e nas pernas, tentando me punir, pois achava que eu iria para o inferno por sentir os desejos que eu sentia por homens”.

Com o passar do tempo a sua tristeza apenas aumentava, a ideia de estar em contradição com o ideal religioso em que fora criado era uma verdadeira tortura. Ele disse que “as palavras do pastor e dos meus pais perturbavam minha mente. Tentei fugir disto e provar para eles e para a igreja que eu era hetero. Arranjei duas namoradas nesse período. Elas me fizeram bem, mas eu não sentia nada de desejo sexual por elas, sabe, Débora?” Seguindo os conselhos de Kaufmann (*idem*), sorri e concordei. Senti uma genuína empatia e o deixei mais à vontade para prosseguir com o relato.

Aos 16, ainda **preso aos dogmas da igreja** foi pressionado psicologicamente a se batizar: “eu me batizei nas águas para seguir todos os ritos da AD, até porque eu percebia **olhares atravessados** em relação a minha

sexualidade. Naquele tempo aquilo me incomodava e eu queria provar que eu não era aquilo que eles achavam”.

Entretanto, aos 17, pouco tempo após seu batismo, Jefferson se afastou da congregação e das atividades religiosas que exercia lá: “depois de batizado, não passei muito tempo na igreja. **Eu não aguentava mais ser aquilo que eu não era.** Então decidi sair e sinto que foi a melhor decisão que tomei”. Essa fala confirma o afirmado por RONIMUS (2011), de que alguns desafiados descrevem experiências de felicidade, independência, verdade e mais coerência consigo mesmos, bem como a liberdade recém-descoberta e maior bem-estar (WINELL, 2007).

Após seu êxodo da instituição, Jefferson empregou-se em um salão de beleza, onde se apaixonou “pela primeira por um homem”. **Mesmo estando distante dos dogmas religiosos, aquela paixão gerava conflitos internos,** como ele relata: “eu tinha ansiedade, depressão, vontade de morrer. Tentei suicídio, mas graças a Deus eu sobrevivi”.

Ele continua: “depois de algum tempo comecei a me aceitar e tirar da mente esses pensamentos de que eu estava em pecado, pois Deus ia me aceitar como eu sou, independente da minha sexualidade”.

Começou sua independência financeira com o salário que recebia no salão em que trabalhava. Os clientes que ele atendia começaram a procurar seu trabalho em volume e frequência, o que o fez perceber que poderia “abrir seu próprio espaço.” na casa do meus pais eu montei um salão de beleza e hoje ajudo em muita coisa nas despesas da casa. Acho que por eu ajudar financeiramente com as despesas da casa, meu pai e meu irmão não me criticam mais, e me “aceitam” da maneira que sou, e quando tentam falar do meu jeito, digo vários desaforos também. Me posiciono e não fico mais calado”.

Jefferson, apesar de possuir seu salão de beleza em um espaço na casa dos seus pais, não reside na casa. Tem o seu próprio apartamento e afirma que “gosto da minha liberdade financeira. Na minha casa eu sou livre para levar quem eu quero. Apesar da solidão de não ter minha família comigo, eu não sofro o julgamento de ninguém”.

A frase que inicia essa seção dedicada a Jefferson é muito significativa, dado o tom de defesa adotado, para responder ao que silenciosamente ou de modo explícito se alude em relação a indivíduos homoafetivo/eróticos. É em contraposição às cobranças da heteronormatividade que Jefferson cita o argumento da natureza ou da determinação inata da orientação sexual dele.

A sociedade em que vivemos tem essa característica de heteronormatividade e no ambiente religioso a pressão contra a homoafetividade é revestida da ideia de ‘pecado’, de ‘condenação eterna’, o que potencializa o adoecimento mental/emocional, como vemos na narrativa de Jefferson.

A orientação homoerótica é uma característica que ativa processos de estigmatização e de categorização de quem a tem como ‘desviante’. A pressão decorrente da estigmatização é exercida sobre os que têm a orientação sexual homoerótica e o grupo social em que os indivíduos com essa característica sofrem em diversos graus o preconceito e a condenação, Jefferson menciona que “nessa fase **eu já percebia alguns olhares**, pois um homem que gostava de fazer decoração não era comum”. O peso do olhar de reprovação de zombaria, incide sobre os indivíduos, sendo um dos mecanismos comuns usados por instituições e grupos sociais em geral para pressionar os indivíduos a suprimirem a característica desqualificante, geradora do estigma – quando isso é possível – ou a retirar-se do convívio com os definidos como ‘normais’.

Uma das reações possíveis a processos de estigmatização é a autopunição pelo fato de portar ou apresentar uma característica estigmatizada. É o que vemos expresso na fala do entrevistado nos seguintes termos:

Tive várias crises de ansiedade, fazia vários cortes nos braços e nas pernas, tentando me punir, pois achava que eu iria para o inferno por sentir os desejos que eu sentia por homens.
(Jefferson)

Outra reação ao processo de estigmatização é a tentativa de suprimir a características estigmatizante, desqualificadora. Vimos que Jefferson tentou ‘deixar de ser homossexual’: “Tentei fugir disto e provar para eles e para a igreja que eu era hetero. Arranjei duas namoradas nesse período. Elas me fizeram bem, mas eu não sentia nada de desejo sexual por elas”. Seguindo o que o

entrevistado menciona na frase com a qual iniciamos essa seção, não deu certo para Jefferson ser hétero.

Goffman (*idem*) discute essa distinção entre características estigmatizantes que podem ser modificadas, supressas pela vontade do indivíduo e outras das quais é impossível se livrar. Pode-se, por exemplo, deixar de se vestir como o que se define em dado grupo ‘como uma prostituta’; pode-se deixar de ser prostituta, de fumar, de beber; a cor da pele não pode ser mudada, a perda de um dos membros não pode ser revertida; não se pode deixar de ter sido presidiário, pedófilo, de ter nanismo, dentre outras características insuprimíveis. Também não se pode deixar de ser homossexual. As tentativas de enquadrar-se no que a AD define como orientação sexual ‘normal’ feitas por Jefferson, para se livrar dos ‘olhares atravessados’ que ele menciona ter sofrido, em relação a sua orientação sexual não poderiam dar certo. Ser homossexual o transformava em um desviante na AD.

O que vemos na narrativa de Jefferson é o conflito entre uma identidade social e uma identidade real, conforme discute Goffman (1988). No caso dele, a opção por assumir a segunda prevaleceu e ele saiu da AD. A partir do ponto em que ele narra a ruptura e a saída da comunidade religiosa que trouxera tanto sofrimento para ele a narrativa muda de tom. Aparecem os sinais de libertação e de autoempoderamento, como podemos ver no trecho da fala dele a seguir:

Depois de algum tempo comecei a me aceitar e tirar da mente esses pensamentos de que eu estava em pecado, pois Deus ia me aceitar como eu sou, independente da minha sexualidade. [...] quando tentam falar do meu jeito, digo vários desaforos também. Me posiciono e não fico mais calado. (Jefferson)

Um trecho final da entrevista aponta para uma recorrência observada na maioria das narrativas que coletamos: o afastamento da família. No caso de Jefferson isso não parece muito forte, na medida em que ele mantém seu estabelecimento de trabalho nas dependências da casa dos pais. De qualquer modo, uma frase citada no final da narrativa dele indica uma ponta de tristeza em relação à distância em relação à família. Ele diz: “apesar da solidão de não ter minha família comigo, eu não sofro o julgamento de ninguém”.

A reação de julgamento e de afastamento do indivíduos ‘divergente’, que se afasta dos padrões culturais do grupo religioso e familiar é discutido por Goffman, como um dos efeitos dos processos de estigmatização, mas Kafka talvez seja ainda mais potente em sua visão desse fenômeno da rejeição do diferente e do divergente, no seu “A metamorfose”, uma narrativa clássica que aponta o processo gradual de afastamento dos próximos em relação ao personagem principal, que em um determinado dia acorda e percebe que virou um tipo de inseto.

O sentimento do protagonista de Kafka é idêntico aos relatos apresentados. Quando um corpo que antes era visto como útil para toda a família e agora passa por uma transformação profunda, não só o corpo, mas a subjetividade também, é possível observar todo estigma diante do que deixa de ser familiar e ganha contornos repulsivos.

Esse traço de abandono familiar do indivíduo classificado como “divergente” atravessa a próxima narrativa, que passamos a apresentar.

ALICE LYRA

“Minha mãe não olha na minha cara e não me procura para nada, pelo fato de eu ser casada com uma mulher”.

Seguindo o mesmo padrão de rejeição familiar do entrevistado acima, Alice Lyra resume nesta frase inicial o ápice da dor de uma rejeição, isto é, não ser aceita pela própria mãe.

Desde os 4 anos de idade foi levada para a igreja por sua mãe adotiva, que era evangélica da AD e lhe impôs os dogmas assembleianos. Ao atingir a faixa etária dos 19 anos diz que “já não sentia vontade de ir para a igreja e achava que já frequentava aquele ambiente por obrigação, não era aquilo que eu queria”.

“Não saí da igreja para “farrar” ou beber. Apenas não me sentia mais à vontade naquele ambiente. Minha mãe adotiva era muito rígida e JAMAIS aceitou. Eu não podia usar NADA. Eu tinha vergonha de ir para escola de saia comprida, porque mesmo minhas amigas, sendo evangélicas, iam de calça e eu

me sentia muito mal por estar usando aquilo, sendo obrigada até os 18 anos a viver como ela queria. Chegou uma hora que eu não quis mais ir devido às barbaridades que eu via dentro da própria igreja, como homens casados traindo suas esposas, inclusive pastores, mentiras, traições, soberba, violência, hipocrisia *etc.*

Alice continua a relatar que “após sair da igreja NENHUM veio atrás de mim, dar uma palavra, perguntar o porquê da saída, uma palavra de conforto, NADA. Quando me encontram até hoje ficam desconfiados e muitos me tratam como se eu fosse uma tremenda pecadora, condenada ao inferno”.

Ela ainda diz que “sinto vontade de ir para igreja para ouvir a palavra”, entretanto questiona-se quanto à veracidade do locutor ao pronunciar a ‘palavra de Deus’, pois diante dos absurdos que já presenciou, **desconfia da hipocrisia do testemunho.** Diz que “como sempre cantei na igreja, gosto de ouvir louvores porque me acalma muito, me traz paz, mas voltar para igreja não sinto vontade. Tento ser um ser humano melhor a cada dia e oro antes de dormir, falo com Deus todos os dias antes de dormir”.

Em relação a sua família de criação ela relata:

Eles mal falam comigo. Minha mãe, aquela que um dia disse que me amava, comigo não fala. Passa aniversário, ano novo, acidentes, gravidez e ELA NÃO ESTÁ NEM AÍ PARA MIM, me desprezou completamente. Sinceramente, cansei de correr atrás de alguém que não me quer. Eu até ano passado (2022) falava e ia atrás. Mas agora cansei de verdade. Ela me trata pior que uma desconhecida, apenas porque saí da igreja, não fiz o que ela quis e sou casada com uma mulher. Enfim, minha família inteira me desprezou, menos minha irmã mais velha, que me visita, mas mesmo assim para falar o básico. Não estão nem aí para mim. Só se precisarem mesmo de mim é que resolvem falar, pois são todos interesseiros. As únicas pessoas que não me abandonaram foram meus parentes biológicos.

Quando peço para ela falar sobre as amigas que possuía na igreja, ela diz não possuir mais contato com nenhuma pessoa, utilizando a expressão “contato zero, perdi todos”. Diz ainda que “às vezes que fui à igreja depois de tudo... o que me resta são olhares dos pés à cabeça, e no final do culto dizem: “oi, tudo bem?” e nada mais”.

A narrativa de Alice é atravessada pela sua experiência com a igreja, à qual foi levada pela sua família. No que ela conta, a reação da família adotiva e dos 'irmãos na fé são o objeto de maior reclamação.

Diferentemente de Jefferson, não há uma referência muito enfática ao processo de estigmatização antes de sua saída da AD. Ela narra o aprisionamento, a experiência da privação da liberdade individual, pelo fato de ter uma mãe adotiva muito rigorosa, que a obrigava a seguir à risca os 'usos e costumes' da AD. O trecho sobre as vestimentas na escola é significativo do sofrimento por ela atravessado:

Eu não podia usar NADA. Eu tinha vergonha de ir para escola de saia comprida, porque mesmo minhas amigas, sendo evangélicas, iam de calça e **eu me sentia muito mal por estar usando aquilo.** (Alice)

A não ocorrência de descrições de processos estigmatizadores durante sua permanência na igreja pode dever-se ao fato de que ele não colocou em tensão sua identidade social de mulher hétero até sair da AD, mantendo-se como qualificada para as interações sociais na comunidade religiosa.

Na narrativa de Alice, ela aparece como uma pessoa que exercitou a desconfiança do sistema cultural em que estava inserida ao participar obrigatoriamente da AD, sendo capaz de detectar incoerências entre discursos e práticas dos líderes religiosos e a partir disso construir uma linha de fuga ao rigor das regras propostas pela instituição. Sobre esse ponto, vale destacar:

Não saí da igreja para "farrar" ou beber. Apenas não me sentia mais à vontade naquele ambiente. Chegou uma hora que eu não quis mais ir devido às barbaridades que eu via dentro da própria igreja, como homens casados traindo suas esposas, inclusive pastores, mentiras, traições, soberba, violência, hipocrisia *etc.* Não saí da igreja para "farrar" ou beber. (Alice)

Outro ponto ainda a destacar da fala de Alice, é o referente às reações dos ex-irmãos na fé quando da saída dela da AD, e então aparece uma reclamação em relação ao modo como eles olham para ela. De modo similar ao

observado na narrativa de Jefferson, o “olhar” é usado pelos ex-irmãos na fé para traduzir a reprovação, a condenação em relação a Alice – é o olhar do ‘normais’ em relação aos desviantes; dos qualificados em relação aos estigmatizados:

Após sair da igreja NENHUM veio atrás de mim, dar uma palavra, perguntar o porquê da saída, uma palavra de conforto, NADA. Quando me encontram até hoje ficam desconfiados e muitos **me tratam como se eu fosse uma tremenda pecadora, condenada ao inferno.**

No caso de Alice, o fato de ter dado visibilidade à sua orientação homoafetiva depois de ter saído da AD explica o olhar reprovador e carregado de desprezo por ela descrito como a ela direcionado pelos que permaneceram na instituição. Essa atitude reflete a estigmatização posterior a sua saída, que se reflete no fato de que as amizades que fez durante o período de participação na AD terem sido interrompidas:

Em relação aos antigos irmão-amigos da AD, o contato é zero. Perdi todos. As vezes que fui à igreja depois de tudo... o que me resta são olhares dos pés à cabeça, e no final do culto dizem: “oi, tudo bem?” e nada mais¹⁰.

Assim como ela reclama dos ex-irmãos na fé e amigos, que a abandonaram, Alice não poupa reclamações em relação ao modo pelo qual sua família adotiva a trata depois de sua saída e do seu casamento com uma mulher:

Eles mal falam comigo. Minha mãe, aquela que um dia disse que me amava, comigo não fala. Passa aniversário, ano novo, acidentes, gravidez e ELA NÃO ESTÁ NEM AÍ PARA MIM, me desprezou completamente.

Esse ponto do abandono pela família e ex-irmãos na fé do indivíduo que sai da AD é recorrente em várias das narrativas que coletamos. Na narrativa de

¹⁰ A parte final da citação acima se refere à negação da “paz do Senhor”, expressão usada nos encontros e despedidas entre assembleianos que se interlegitimam, se reconhecem como membros “dignos” da AD.

Alice encontramos um sentimento que também aparece em outras falas dos ex-membros entrevistado, uma nostalgia da AD. Sobre isso ela diz: “sinto vontade de ir para igreja para ouvir a palavra”. Não se abandona um sistema de crenças em que se foi socializado desde a mais tenra infância facilmente. Os que saem da AD sentem falta dos laços de pertencimento considerados importantes (cf. BHUGRA & JONES, 2001; ANDERSON, RENNER & DANIS, 2012; SBARRA, HASSELMO & BOURASSA, 2015).

AMANDA NOGUEIRA LIMA

“Como era da igreja e toda minha família também, eu sempre me reprimi”.

Amanda relata, figuradamente, que “nasceu” na igreja e desde então foi socializada no ambiente evangélico. Por conta de seus pais, que sempre seguiram a doutrina cristã, bem como sempre exerceram cargos de importância na congregação que frequentavam, nunca conseguiu se desgarrar do dogma que lhe era imposto.

Eu via Deus de forma diferenciada e não sentia atração pela igreja como minhas amigas sentiam. Eu não idealizava os “homenzinhos” da igreja como se fossem para mim ou um futuro pretendente para um casamento, como desejavam meus pais. Eu passei também a ver o relacionamento de forma diferente. Então já não me atraia por homens e já via as mulheres com outros olhos, mas isso só ocorreu depois da separação dos meus pais. A partir dessa separação, senti vontade de conhecer uma mulher e esta vontade só aumentava. Contudo, toda minha família era da igreja. Meu pai pastor e minha mãe dirigente do círculo de oração. Então eu me reprimia, para não demonstrar e ninguém descobrir que o que eu gostava mesmo era de mulher. Quando completei 19 anos ainda era virgem e não havia tido relação com nenhuma mulher, até que conheci uma e ficamos e tudo foi maravilhoso. Entretanto, voltei a me reprimir com medo de ir para o inferno, porque minha família era/é preconceituosa e não me aceitaria, mas já não pensava na aceitação da igreja, apenas na da minha família. Quando fiz 20 anos já conseguia trabalhar e me manter, me desliguei da igreja que frequentava desde pequena e passei a frequentar outras denominações. Nesse período, minha família começou a desconfiar que eu estava com uma mulher, pois eu estava muito tempo solteira e não havia aparecido com nenhum namorado, então minha mãe me perguntou: “é verdade que tu gosta de mulher?” Neguei, a princípio, mas depois falei toda a verdade e confessei que não

gostava de homem, e que Deus não iria me amar menos por isso.

Nesta parte mais dramática ela relata o processo de expulsão: “ouvi palavras duríssimas e minha mãe acabou por me mandar embora. Peguei tudo que era meu, sai de casa e fui morar só. Minha família em vez de me abraçar não o fez. Senti-me MUITO, MUITO, MUITO sozinha por diversas vezes e por conta disto tentei tirar a minha vida. Graças a Deus não deu certo. Comecei a tomar remédios controlados e intensificar a terapia e saí da depressão. Voltei a morar com minha mãe, mas ela não me aceitou. Entretanto aprendeu a me respeitar. Com pouco tempo, resolvi mudar de país, viver o que eu queria e idealizava para minha vida. Hoje em dia namoro com uma mulher, exponho isso nas redes sociais e não devo nada a ninguém, mas minha família continua a sentir vergonha de mim e verbalizam isto. Hoje sou feliz e não preciso de remédios, muito menos de pessoas para dizer que Deus não me ama por eu ser feliz. Preconceito sempre eu enfrento, mas hoje eu ignoro ou então me defendo”.

A narrativa de Amanda aponta para um traço que aparece em várias das narrativas que coletamos: a vivência do peso e da repressão resultantes da vigência potente dos “usos e costumes” da AD. O modelo assembleiano de religiosidade produz uma vigilância constante entre os fiéis, dos líderes sobre os fiéis e do fiel em relação a si mesmo. Gama (2019) em sua tese intitulada “*QUEM É O MEU PRÓXIMO?* Afiliação religiosa e constituição de redes sociais de solidariedade”, comenta brilhantemente o funcionamento da regulação nas AD, valendo a citação um pouco longa:

O cristão precisa, a todo instante vigiar sua ‘natureza carnal’ (SHEDD, 1995). Cada pensamento, palavra e conduta devem ser observados com desconfiança. O ‘desejo impuro’ pode esconder-se atrás do mais singelo e ingênuo gesto (BULTMANN, 2004). Por isso, é preciso vigiar-se constantemente para evitar sua manifestação. A técnica da vigilância de si, proposta pela instituição religiosa, é adotada pelos fiéis para ‘afastar o perigo que as paixões representam’. Prescreve-se aos fiéis perscrutar cada ideia que surge, cada sentimento que aparece, cada movimento simples do corpo, através de técnicas de observação da “carne”, afim de não se deixar capturar por ela. Tudo deve ser examinado com atenção a fim de captar o desejo, que pode se manifestar discretamente. Segundo Foucault (2001), a observação de si e a decifração do

desejo são antigas prescrições cristãs por meio das quais se busca banir a sexualidade não normalizada dos pensamentos, imaginações, palavras e ações. Nas comunidades pentecostais, a tese foucaultiana se confirma: os cristãos devem esquadriñar incessantemente as vontades do coração e os anseios da “carne”, a fim de conhecê-los e eliminá-los. (GAMA, 2019, p. 98)

A narrativa de Amanda e a descrição fornecida por Gama (*idem*) da vigilância de fora para dentro e de dentro para dentro dos fiéis da AD produzem repressão, medo, ansiedade. É o que vimos na fala de Amanda:

Então eu me reprimia, para não demonstrar e ninguém descobrir que o que eu gostava mesmo era de mulher. Quando completei 19 anos ainda era virgem e não havia tido relação com nenhuma mulher, até que conheci uma e ficamos e tudo foi maravilhoso. Entretanto, voltei a me reprimir com medo de ir para o inferno, porque minha família era/é preconceituosa e não me aceitaria.

O medo do inferno é um poderoso meio de regular o comportamento dos fiéis na AD. Diferente de outras maneiras de conceber a ‘salvação’ com base na ‘aceitação do sacrifício de Jesus Cristo’, na AD, isso não é suficiente. Segundo a teologia assembleiana, se o fiel morre ‘em pecado’, sua salvação não está garantida (GAMA, 2019).

Cabe também destacar a narrativa da violência da expulsão vivida por Amanda:

Ouvi palavras duríssimas e minha mãe acabou por me mandar embora. Peguei tudo que era meu, sai de casa e fui morar só. Minha família em vez de me abraçar não o fez. Senti-me MUITO, MUITO, MUITO sozinha por diversas vezes e por conta disto tentei tirar a minha vida. Graças a Deus não deu certo. Comecei a tomar remédios controlados e intensificar a terapia e saí da depressão.

Mais uma vez encontramos o tema do abandono familiar do fiel que sai da AD, bem como a crise existencial que se instaura nesses processos, nos quais emerge o desejo de tirar a própria vida. Mudanças de vida como a expulsão ou saída de uma comunidade religiosa podem significar empoderamento e libertação, mas também podem ser provocar problemas de

saúde (BHUGRA & JONES, 2001; ANDERSON, RENNER & DANIS, 2012; SBARRA, HASSELMO & BOURASSA, 2015), como no caso de Amanda.

No final da narrativa de Amanda encontramos a descrição do processo de superação dos efeitos da estigmatização e categorização desqualificante de desviante por ela experimentados.

ROSÂNGELA NASCIMENTO

“Tomei um delicioso champanhe para comemorar”.

A frase acima indica a conquista de libertação emocional. É dessa forma que as mulheres assembleianas divorciadas se expressam quando, enfim, conseguem a sua tão sonhada ‘carta de alforria’ (é assim nosso sentimento, incluindo-me aqui como ex-assembleana divorciada).

Apesar de enfrentarmos todo tipo de julgamento de preconceito, incluindo o medo das mulheres da própria igreja de perderem os seus maridos para aquelas que se divorciaram, temos que encarar os olhares julgadores das pessoas, que nos olham como um “navio sem capitão”. É assim que se concebe uma mulher sem um homem na sua vida em muitos setores da vida social e na AD especificamente.

Rosangela Nascimento, começa sua estória dizendo que sempre gostou da igreja, apesar de não ter nascido em um lar evangélico. Após ‘aceitar Jesus como seu salvador’ ela passou a ser assídua frequentadora da AD Missão, realizando todos os ritos que a doutrina assembleiana exige.

Com o passar do seu tempo dentro da igreja, assumiu várias lideranças dentro da instituição, oportunidade na qual conheceu um rapaz e por ele se apaixonou, casando-se com ele pouco tempo após se conhecerem, haja vista que a doutrina da AD condena um namoro que se “prolonga por muito tempo, pois há o risco da mulher cair em tentação, tentar o homem e fornicarem sem estarem unidos em matrimônio”¹¹.

¹¹ Fala escutada muitas vezes pela autora da dissertação em classes da Escola Bíblica Dominical, em pregações feitas por pastores, em círculos de orações de mulheres,

O relato é dramático: “depois de pouco tempo de casada, eu passei por todo tipo de humilhação. O meu casamento só existia no papel. Ele (o marido) me desprezava totalmente e me xingava; era um desprezo total, misturado com adultério, prostituição e vergonha da família. Eu só andava sozinha com os meus filhos e todos da igreja perguntavam por ele. Não sabendo eu responder sobre seu paradeiro, comecei a afirmar que ele estava trabalhando, por pura vergonha de não saber onde meu marido estava. Dentro da assembleia de Deus as divorciadas são sempre as culpadas por não terem lutado por seu casamento e por não terem conseguido, através das orações, trazer o marido de volta para os caminhos de Deus, sendo vistas como carregando algum pecado que impede que Deus as atendem e mude seus maridos”.

Continua Rosângela, “resolvi então me divorciar e sair da igreja, pois não aguentava o jugo e os olhares das pessoas para comigo. Foi muito triste todo esse processo. Eu chorava com frequência. Além disso, fui retirada após meu divórcio da regência do coral e destituída de todos os cargos de liderança que eu exercia. Percebi que aquele ambiente não me cabia mais, que aquele tipo de pensamento não podia ser a verdade divina. Eu, apesar de traída, ainda estava errada em deixar meu marido. Eu não acreditava mais em relacionamento, pensei que jamais encontraria um companheiro que me respeitasse e me amasse, até que conheci um homem viúvo e sem religião, mas com todos os atrativos que uma mulher como eu gostaria de ver em um homem. Hoje vivo com ele em um sítio, sem estarmos casados civilmente, todavia bastante felizes e da igreja não sinto falta”.

A narrativa de Rosângela nos aponta para uma característica do processo de estigmatização estudado por Goffman (1988). Segundo esse autor nem todos os indivíduos e grupos têm o mesmo poder de estigmatizar, de plausibilizar um conjunto de características que desautorizam os que as possuem para as interações sociais. Goffman (*idem*) chama nossa atenção que para ativar processos de estigmatização é necessário possuir poder e reconhecimento social.

No caso da AD, as mulheres sempre foram alvo de maior controle e vigilância e culpabilização. Silva (2021) argumenta longamente a respeito da incidência maior das regras referidas à corporalidade, à aparência, ao

comportamento no casamento sobre as mulheres do que sobre os homens na AD.

Na fala de Rosângela fica clara a culpabilização e estigmatização da mulher. Atentemos ao trecho da fala dela sobre esse ponto:

Dentro da AD as divorciadas são sempre as culpadas por não terem lutado por seu casamento e por não terem conseguido, através das orações, trazer o marido de volta para os caminhos de Deus, sendo vistas como carregando algum pecado que impede que Deus as atendem e mude seus maridos. (Rosângela)

É importante também ressaltar o funcionamento dos processos de estigmatização que precede a maioria das narrativas por nós coletadas na pesquisa. Sobre o *modus operandi* da estigmatização dos considerados ‘desviantes’ na AD, Rosângela declara que:

Resolvi então me divorciar e sair da igreja, pois não aguentava o julgamento e os olhares das pessoas para comigo. Foi muito triste todo esse processo. Eu chorava com frequência. Além disso, fui retirada, após meu divórcio, da regência do coral e destituída de todos os cargos de liderança que eu exercia. Percebi que aquele ambiente não me cabia mais”. (Rosângela)

Mais uma vez aparece a função do olhar e do julgamento dos irmãos em relação à pessoa que passa a ser vista como portadora de uma característica que a desqualifica para as interações sociais na comunidade religiosa da qual faz parte. O que se acrescenta no trecho da narrativa de Rosângela supracitado é o conjunto de medidas restritoras adotadas pela instituição contra a membra da AD estigmatizada e categorizada como “desviante” pela hierarquia da instituição, a destituição dos cargos ocupados antes do divórcio, que produz na entrevistada o sentimento de que no ambiente da comunidade religiosa não a cabia mais. Todo processo de estigmatização e de construção social de indivíduos como ‘desviante’, “outsider” se baseia na produção desse sentimento de “não se caber mais”, descrito por Rosângela.

ROBERTO FARIAS PEREIRA

“Um dia este telefone irá tocar e eu atenderei a minha mãe”.

Roberto nasceu em um lar extremamente conservador. O pai é militar e a mãe, que ainda não era evangélica, seguia uma religião de matriz africana. Durante a sua infância relata ter sofrido diversas repressões sobre o seu corpo, visto que sempre se comportou com trejeitos classificados como “afeminados” e por este motivo causava estranheza e olhares atravessados por parte da sua família.

Algum tempo depois, com a conversão de sua mãe para o cristianismo ele e sua genitora passaram a frequentar a igreja Assembleia de Deus Missão. Aos 13 anos, apesar de gostar da área artística da igreja, não se identificava com os freios morais que a igreja impunha sobre seu corpo, sobre seus desejos.

Aos 15 anos tornei-me músico e para mim foi uma forma de libertação. Mesmo assim eu ainda reprimia muito a minha sexualidade, devido os freios morais da minha mãe e do meu pai e dizia para mim mesmo que eu não era gay. Minha experiência com uma mulher foi apenas aos 20 anos. Com ela perdi minha virgindade. Até hoje mantemos uma amizade. Mas minha paixão, que também era correspondida, era pelo filho do pastor. Tínhamos medo e nos encontrávamos às escondidas. Este foi um período de descoberta e de desenvolvimento da minha sexualidade, porém eu sempre me reprimia e me culpava após os encontros, pois a ideia de que eu estava em pecado ainda passava pela minha mente. Tudo começou a melhorar quando fui aprovado no mestrado em Lavras/MG. Foi lá que tive acesso a uma psicóloga e assumi o meu primeiro namorado, aos 23 anos de idade. Mesmo assim, continuei a frequentar a assembleia de Deus Missão em Lavras/MG, pois gostava dos louvores e de tocar. Sempre chegava na igreja com um sentimento de culpa e meu namoro ainda era às escondidas. (Roberto)

Mais uma vez aparecem na narrativa acima trazida os efeitos da repressão que os regulamentos de vida acionados na AD provocam nos que dela participam e apresentam comportamentos considerados, tanto nas regras denominadas de “Usos e Costumes”, quanto no “Credo da AD”. Roberto também vive o que Goffman (1988) discute como fricção entre identidade social e identidade real. O que Roberto tenta fazer é construir uma representação de si

para si e para os outros de maneira a negar a característica definida na sociedade em geral e particularmente na comunidade religiosa de que ele participava. Tratava-se de invisibilizar sua orientação sexual para a comunidade da AD, mas também para si mesmo, um efeito do dispositivo de repressão que incide sobre os sujeitos sociais, cobrando deles que se enquadrem nos padrões considerados "normais".

No trecho da narrativa de Roberto acima trazido também encontramos o desejo de continuar na AD, pagando o preço dos esforços da ocultação da orientação homoafetiva, bem como o da culpa sentida a cada vez que participava das celebrações.

O ponto de virada na estória de Roberto começa com sua viagem para realizar estudos, o que lhe permite o afastamento espacial da família e lhe possibilita uma margem maior de liberdade. Goffman (1988) também comenta como a proximidade dos grupos de referências fundamentais dos sujeitos sociais aumenta o potencial de fricção entre identidades sociais e identidades reais.

Roberto relata que, com a entrada no doutorado, decidiu viver 'livremente'. Ainda possuía ligação com a igreja, mas disse que "já não me importava mais com as opiniões dos outros". Esse 'não se importar mais com as opiniões dos outros' pode ser lido como a conquista do afastamento espacial vivenciado por Roberto, e também como o resultado do processo de terapia ao qual se dispôs.

Goffman (1988) discute o trabalho possível de ser feito com o que ele descreve como o resultado dos processos de estigmatização, as 'identidades deterioradas'. Em certa medida, todas as narrativas aqui registradas implicam em um certo trabalho sobre si realizado pelos ex-membros da AD entrevistados, realizado com o objetivo da autoaceitação e cura do adoecimento ativado pela narrativa religiosa do 'pecado' e da condenação que ele implica.

Com esse novo pensamento decidiu retornar para Campina Grande/PB e confessou sua orientação sexual para sua mãe. Ela, para sua tristeza, nunca o aceitou e até os dias atuais lhe rejeita por esta condição.

O último contato com sua mãe ele narrou assim:

Na pandemia, ela estava em um culto evangélico que ocorria na garagem de vizinhos. Na oportunidade ela estava ministrando a palavra. Adentrei no local e me declarei em voz alta como homossexual e filho da mulher que estava pregando. Depois desse ocorrido, ela não me dirigiu nenhuma palavra e até hoje não nos falamos. Para mim é uma grande dor. Por ter perdido todas as amizades da igreja e por minha família ter vergonha de mim, tentei me suicidar, mas graças a Deus sobrevivi. A dois anos e meio eu aguardo meu telefone tocar e ver o número da minha mãe (choro). Continuo seguindo minha vida. Moro com o meu pai. Ele me respeita, mas percebo que um pouco disto vem da contribuição financeira que dou para dentro de casa.

Nessa parte final da narrativa encontramos o clímax dramático da estória de Roberto, marcado pelo afastamento físico e simbólico de sua mãe. Repetindo-se o padrão observado nas narrativas anteriores, registra-se como efeito da rejeição familiar, especificamente da mãe, nesse caso, a tentativa de suicídio. A mãe de Roberto mantém-se fiel ao sistema cultural da AD e cumpre o *script* de afastar-se do ‘pecador’, do ‘desviante’, inclusive quem sabe, como uma tentativa de pressioná-lo a voltar para o ‘caminho do bem’ (os significados da reação da mãe de Roberto somente poderíamos acessar se a encontrássemos e lhe perguntássemos).

Além do peso da perda do contato com a mãe, Roberto também menciona a perda de “todas as amizades da igreja e por minha família ter vergonha de mim”. Esse padrão de afastamento dos ex-irmãos “na fé” e o sentimento socialmente produzido da “vergonha causada à família” também apontam para um padrão social referido aos casos em que indivíduos saem de comunidades religiosas ou que exigem outro tipo de lealdade a algo culturalmente definido como “de valor”.

ANA FARIAS CARVALHO

“Sobrevivi a um naufrágio”.

Ana começa dizendo:

Nasci e fui criada em um berço evangélico dos mais rígidos possíveis. Um pai pastor, uma mãe dirigente de círculo de oração e uma vó muito devota. Durante minha infância e

adolescência frequentei a igreja por puro hábito familiar, mas nunca gostei. O costume do batismo na Assembleia de Deus se dá aos 12 anos de idade. Eu protelei como eu pude até os 16 anos, porque dizia ao meu pai, que no tempo era pastor, que não queria me batizar. Ele acatava por ser amoroso, mas me pressionava bastante.

Já nesse trecho encontramos, como o já ocorrido nas narrativas acima trazidas, a menção à rigidez do controle sobre os indivíduos no ambiente da AD. A constelação familiar formada por indivíduos que se colocam em posições hierárquicas significativas na comunidade religiosa em que Ana é socializada intensifica a pressão que sobre ela se exerce. Mas Ana esboça uma certa resistência.

Ana prossegue narrando que as mulheres da Assembleia de Deus Missão são domesticadas e doutrinadas para casar e ter seu corpo como objeto de serventia masculina, abdicando de si mesma em prol da casa, dos filhos e do seu marido. Já casada, e vivendo todas as dificuldades que um casamento traz, Ana tentava se libertar de todas as formas e não conseguia, pois, os dogmas eram mais fortes que ela.

Até que um dia, diz ela,

resolvi me divorciar e viver minha vida. Não esperava passar por tanto preconceito dentro e fora da igreja. Mesmo sendo traída por meu ex-marido eu ainda carregava as marcas da culpa do divórcio. Saí de todos os cargos eclesiais e dediquei-me aos estudos. Perdi a maioria de meus amigos e meus familiares me enxergam como uma pessoa que precisa da piedade e misericórdia de Deus. Tive depressão, angústias, insônias e até mesmo, no velório do meu pai, alguém me falou assim: “seu pai morreu com desgosto, volte para Jesus”. E eu só estava me despedindo. Eu sobrevivi a um naufrágio. Ninguém que sai da Assembleia de Deus por expulsão ou estigmatização sai ileso. Mas na minha trajetória fiz amizades que me aceitam e me acolhem como sou. Gosto da igreja, mas não sinto a mínima vontade de pertencer como membro a nenhuma comunidade religiosa. Escuto com frequência da minha mãe que preciso voltar para Jesus, mesmo eu sabendo que não faço mal a ninguém.

A narrativa de Ana apresenta pontos similares à de outras mulheres que se divorciaram e saíram da AD: o preconceito sofrido, a rejeição dos ex-irmãos

“na fé” e o afastamento e reprovação pela família. Também encontramos a menção ao afastamento de cargos ocupados na hierarquia da AD e os distúrbios de saúde experienciados por aquela que deixa a AD.

A figura da sobrevivência a um naufrágio é muito significativa das emoções e vivências dos processos de estigmatização e de classificação desqualificadora colocados em curso quando um membro da AD diverge do padrão de usos e costumes nela vigente.

PETER BROTHER

“Sou casado com uma mulher, mas gosto de homem.”

Diz ele:

Me converti com 15 anos de idade na igreja Assembleia de Deus. Aquele ambiente me encantou, me encantou e eu sentia muito desejo de subir nas posições eclesiásticas. Como era novo, não entendia os olhares que eu tinha para os rapazes da congregação. Achava alguns bonitos e sentia um interesse que não sabia explicar, mas me reprimia e achava que aquilo era coisa da minha cabeça. Quando fiz 18 anos tive minha primeira namorada. Ela era da assembleia, e nós fazíamos tudo que a doutrina mandava. Evitamos até de nos beijar em público, para que nosso namoro não fosse visto pelo pastor como algo ligado à fornicação. Nunca chegamos a manter relações sexuais e depois de alguns meses juntos, acabamos. Conheci o grande amor da minha vida, minha esposa. Não me arrependo de ser casado com ela hoje em dia, mas sinto que uma parcela do nosso matrimônio vem da pressão que meus pais e meus tios faziam para eu arranjar uma mulher. Às vezes eu podia sentir que focavam sobre minha personalidade, meu jeito, dizendo que eu era afeminado demais e que se meus pais não vigiassem eu ia dar pra ser “veado”. Fui levando este preconceito comigo a vida toda. Mesmo eu tendo filhos com minha esposa, ainda dizem dentro da minha família que tenho jeito de “fresco”. Essas palavras me doem muito, porque é um jeito muito pejorativo de se referir a uma pessoa que tem o mesmo sangue familiar que ela. Eles me desconsideram como pessoa e olham apenas para minha sexualidade, como se ela fosse o todo da minha pessoa. Durante o meu casamento tive um caso extraconjugal com um homem e gostei muito. Muitas vezes eu me sentia culpado, tanto pela traição que eu tinha cometido quanto pelo fato de estar em pecado. Mas eu me senti realizado, pois realizei o desejo que eu reprimia há muito tempo. Não consegui conviver desta forma. Não contei da traição, mas pedi o divórcio e me desliguei totalmente da igreja. Após um tempo descobriram o que houve

e eu fui expulso definitivamente da Assembleia. Eles disseram que para o retorno era preciso que eu confessasse o meu pecado diante de todos. Mas eu me recusei, pois, pensar em ver as pessoas cochichando “veadinho”, “fresco” e outras palavras que eu não quero nem dizer, eu saberia que não ia suportar. Hoje eu sou desligado da Assembleia, e me aceito como bissexual, gosto de mulher e também me relaciono com homens.

Essa narrativa é muito emblemática do conflito entre identidades sociais e identidades reais. Peter é um caso típico de indivíduo que é levado a viver a duplicidade de identidades, como uma maneira de evitar processos de estigmatização. Ele vive o conflito entre o desejo sexual socialmente prescrito e seu desejo socialmente definido como abjeto. Experimenta as tensões e pressões para a repressão de seus desejos homoeróticos, representadas em sua fala pelos comentários sobre seu “jeito” e decide cumprir a prescrição social para casar com uma mulher, ter filhos, exercendo sobre si uma repressão do desejo sexual por homens.

A decisão de se adequar ao considerado pela comunidade religiosa como ‘normal’ funciona em certa medida. A lei do desejo é poderosa e ele adota, em um registro particular, estratégias de resistência ao controle, experimentando uma estória homoafetiva, ao mesmo tempo em que mantém as aparências do casamento, ganhando com isso, mesmo ainda sob a contestação dos irmãos “vigilantes”, os lucros da “normalidade”, essa paixão milenar dos humanos.

A tensão entre suas duas linhas de desejo sexual chega ao clímax e ele então se separa, adotando uma estratégia observada por estudiosos das que deixam comunidades religiosas devido a divergências relativas a padrões morais e comportamentais, a de sair causando para si e para os seus queridos, o mínimo de sofrimento possível (RONIMUS, 2011).

O sistema de vigilância e de circulação de informações da AD é poderoso e sua tentativa de saída delicada fracassa, advindo as consequências comuns nesses casos, referidas ao gozo com a morte (social) do outro, presente em todos nós, em graus e modos de realização, e aos processos de estigmatização e classificações desqualificadoras socialmente produzidos e aqui já mencionados repetidamente.

A publicização do desejo homoafetivo/erótico de Peter, como teorizado por Goffman (1988) o obriga a assumir sua identidade real, com os efeitos de perdas e eventuais ganhos que isso possa significar.

FERNANDA AZEVEDO

“Fui criada para ser cuidadora do lar e dos filhos”.

Relata Fernanda:

Apesar da minha família não ser religiosa, tive uma criação bastante conservadora, pois como fui criada pelos meus avós eles carregavam costumes antigos. Fui para a igreja com a intenção de me libertar da prisão que era a castração de morar com os avós. Aos 14 anos eu entrei para igreja e aos 17 anos me batizei e conheci o meu esposo, que, não posso negar, era uma pessoa maravilhosa, um ser humano incrível. Vi nele a possibilidade de uma liberdade, mas o casamento me provou o contrário. Após o primeiro ano de casamento, nasceu meu primeiro filho. Quando engravidei do segundo eu me desesperei, pois eu não estava preparada para aquilo. Toda a ilusão do casamento tinha passado. No decorrer desse período, eu desenvolvi um sentimento amoroso por uma mulher no local em que eu trabalhava. Pensei em realizar o aborto do segundo filho, mas os dogmas religiosos não me permitiram. Tive meu segundo filho. Meu esposo descobriu meu interesse por esta professora de faculdade e me ajudou a tentar superá-lo, pois não era um sentimento correspondido. Após um ano desse episódio, me apaixonei por outra mulher e ele aceitou o nosso relacionamento, mesmo havendo um incômodo entre nós. Durante 4 anos eu vivi a melhor fase da minha vida. Entretanto havia um acordo: ele queria que eu mantivesse a aparência de mulher casada, por conta de sua imagem na igreja. Não consegui suportar essa situação por muito tempo. Resolvi me divorciar e assumir essa paixão, causando um grande transtorno na vida dele, pois ele era pastor. Meu relacionamento com ela não vingou, mas me possibilitou saber que o meu desejo era por mulheres. Então me assumi lésbica para todos. Fui muito recriminada dentro da igreja e ele se transformou no “homem traído”, sendo que eu propus várias vezes o divórcio, mas tive que carregar todo o fardo da culpa do lar ter sido desfeito. Quando me assumi nas redes sociais, escutei muitos xingamentos do tipo: “que palhaçada é essa”, “você deveria ter vergonha”, “volte para Deus”. Mas mesmo assim prossegui sendo quem eu sou. Apesar de sofrer bastante preconceito, eu rebato e não me fico calada e também não levo desaforo. Hoje sou adepta do espiritismo, frequento junto com minha namorada e lá não sofro discriminação. Pelo menos ainda não senti. Não sinto desejo algum de voltar para minha antiga igreja e muito menos

de me relacionar com homens novamente. Sou feliz do jeito que sou e não me envergonho.

A narrativa de Fernanda é peculiar. Nela não vemos referência ao abandono ou rejeição familiar. Não há referência a distúrbios de saúde, nem a tentativa de suicídio. O que ouvimos é a estória de uma pessoa que ao ser mergulhada nas poderosas águas da socialização e controle da AD, constrói linhas de fuga e de resistência, até chegar ao ponto de conquistar sua autonomia e assumir sua característica vista como estigmatizante com força e coragem.

A fala de Fernanda também é peculiar pelo seu potencial revelador do processo de negociação interna de Fernanda em relação à sua identidade social e real, mas também em relação ao processo de negociação que ela exercita com seu esposo, com o objetivo de protegê-lo dos processos de estigmatização referidos ao “fracasso” do casamento, traduzido pela ruptura dos laços matrimoniais, muito fortes na AD. No caso de Fernanda, a manipulação de informações referidas ao encobrimento de sua identidade real se relaciona com a manutenção da imagem de homem “bem casado” que seu marido pastor precisava manter na AD.

Esse caso aponta para as dinâmicas identitárias, de estigmatização e de classificações desqualificadoras como sendo fenômenos de múltiplas camadas, envolvendo os “eus”, mas também os outros relacionados. Sobre isso vale a pena ver o conceito de ‘estigma por contaminação’, também proposto por Goffman (1988) para descrever situação em que o contato com indivíduos estigmatizados ou classificados como ‘desviantes’, “outsiders” pode atingir, ter ressonâncias sobre quem não possui a(s) característica(s) estigmatizantes ou capazes de colocar alguém no lugar de “desviante”.

Terminamos aqui esse caminho por entre as linhas e entrelinhas das narrativas de ex-membros da AD. O processo de encontro com essas estórias carregadas de dramaticidade e fortes emoções foi difícil mas também interessante pela possibilidade ampliação do meu olhar como pesquisadora, como ser humano que vivi muito do que os entrevistados me relataram, ajudando-me, como espero que aconteça com os leitores deste texto, a entender de modo mais complexo esses casos particulares de inúmeras outras longas

séries de estórias de indivíduos que saem de comunidades religiosas, mas também de outras comunidades de sentido das quais todos de algum modo participamos.

Considerações finais

De acordo com Durkheim, a coesão social estimulada pela família, provoca em um indivíduo uma sensação de pertencimento e identificação com o grupo do qual faz parte, sendo fundamentais para o desenvolvimento de habilidades e cognições psicológicas individuais e coletivas.

Na proporção em que a família insere um indivíduo na sociedade e o condiciona a desenvolver suas habilidades de relacionamento interpessoais, os ideais familiares construídos em relação aos sujeitos sociais incidem sobre os ideais de si desses sujeitos, muitas vezes despertando uma vasta gama de sentimentos e experiências negativas individuais, ligadas às tensão entre o que se deseja e o que a família, a sociedade, a cultura estabelece como aceitável desejar/ser/estar.

Em todo sistema de relações sociais encontram-se possibilidades de ativação de processos de estigmatização e de construção das figuras de “desviantes”, “divergentes”, “outsiders”. A esfera da religião, os contextos das comunidades religiosas não se constituem em uma exceção. Nestes, a ativação de processos estigmatizantes produzem problemas físicos, existenciais e psicológicos, desdobrando-se em níveis diversos de sofrimento.

Nas entrevistas realizadas, nas narrativas através delas coletadas pudemos observar padrões comportamentais reativos ao sofrimento impingido sobre os indivíduos pelos sistemas de normatização dos comportamentos e das identidades em seu funcionamento estigmatizador e classificador, tais como tentativas de suicídio, o uso de antidepressivos, o sentimento de tristeza profunda decorrente do isolamento imposto, agressividade ao dialogar, timidez e ruptura de laços familiares e com outros significativos. Sobre os efeitos diversos dos processos de estigmatização, Goffman (1988, p. 27) comenta:

Em vez de se retrair, o indivíduo estigmatizado pode tentar aproximar-se de contato mistos com agressividade, mas isso pode provocar nos outros uma série de respostas desagradáveis. Pode-se acrescentar que a pessoas estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de uma para outra, tornando manifesta,

assim, uma modalidade fundamental na qual a interação *face-to-face* pode tornar-se muito violenta. (GOFFMAN, 1963, p. 27)

Outro padrão identificado por mim nas falas que colhi dos meus entrevistados, além dos já colocados no capítulo que precede essa seção, se refere à introjeção pelos indivíduos estigmatizados ou classificados como 'desviantes', do estereótipo classificatórios que lhes foram atribuídos. Através da força dos olhares preconceituosos, de reprovação; dos rótulos pejorativos destinados a descrever a condição sexual ou civil dos estigmatizados, em muitos casos observamos que a desqualificação implicada nos processos de estigmatização e de categorizações negativadoras termina sendo introjetada pelos que saem da AD como uma verdade. Até alcançarem o rompimento com os dogmas religiosos e efetuar o desligamento com a instituição religiosa, os rótulos pejorativos usados em relação aos indivíduos estigmatizados e definidos como "desviantes" tiveram a capacidade de influenciar as maneiras pelas quais o indivíduo construía a sua imagem. Essa ideia corrobora o teorizado por Elias (2000, p. 24) nos seguintes termos:

Afixar o rótulo de "valor humano inferior" a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores na disputa de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo.

Outro ponto bastante relevante da nossa pesquisa é o fato de que quando os entrevistados que mantinham seus desejos e vontades reprimidas pelas pressões familiares e pelos dogmas religiosos que os cercavam se "libertaram" e passaram a viver aquilo com que se identificavam, houve uma mudança significativamente positiva quando aos aspectos de autoestima, aprimoramento das relações sociais, desenvolvimento na área financeira e criação de novos círculos de amizades.

Apesar do rompimento de laços familiares, perda de amigos e ruptura com a instituição religiosa ainda causarem diferentes níveis de dor, a resignação com

nova condição assumida por eles, em troca de retornar ao antigo convívio, é, de modo peremptório, negada pela AD.

Finalmente, outro ponto que destaco da análise das narrativas aqui apresentadas é que, mesmo diante dos relatos dos sofrimentos vivenciados pelos entrevistados, é possível pensar que todo processo de estigmatização e exclusão social aponta para um elemento, que tem como matriz mais remota as contribuições de Foucault, no seu *Vigiar e punir* (1987), o qual, de modo subjacente, está presente na teorização de Goffman (1988) e de Becker (2008), e serviu de substrato para a minha formulação do objeto da pesquisa da qual apresento neste texto os resultados: todo exercício de poder implica na ativação de alguma forma de resistência.

Nas narrativas de ex-membros da AD aqui analisadas, essa ideia de resistência é atravessada por níveis variados de sofrimento, de tristeza, de adoecimento, mas, de algum modo, apontam também para experiências de sentimentos de libertação e empoderamento diante do *modus operandi* e as estratégias usadas pelas AD para promover o controle psicossocial de seus membros, a domesticação do corpo e a submissão dos sujeitos sociais à doutrina assembleana e à repressão psicológica dos desviantes.

Referências

Referências

ALBRECHT S., CORNWALL M. & CUNNINGHAM P. *Religious leave-taking: Disengagement and disaffiliation among Mormons*. In: Bromley D.(ed.). **Falling from the faith: Causes and consequences of religious apostasy**. Sage, Newbury Park, USA, 1988, pp. 62-80.

ALENCAR, G. **Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)**. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

ANDERSON K., RENNER L. & DANIS F. *Recovery: Resilience and growth in the aftermath of domestic violence*. In: **Violence against women**, 18(11), 2012, pp.1279-1299.

ASSEMBLEIA DE DEUS. Assembleia de Deus - Ministério uma vida com Deus. **Nosso Credo**, 2023. Disponível em: <<https://www.assembleiadedeus.com/nosso-credo/>>. Acesso em: 23 fevereiro 2023.

BANDINI, Claudirene Aparecida de Paula. Religião e relações de Gênero: Um olhar sobre as transformações de identidades e práticas sociais de líderes femininas pentecostais. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, ano.II, n.5. Set.2009.

BECKER, H. S. **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BÍBLIA, A. T. Coríntios 3:17. In BÍBLIA. In: **BÍBLIA Português. Sagrada Bíblia Católica**. Novo Testamento: João Ferreira de Almeida, 2005.

BÍBLIA, A. T. Marcos 16:15, In BÍBLIA. In: **BÍBLIA Português. Sagrada Bíblia Católica**. Novo Testamento: João Ferreira de Almeida, 2005.

BÍBLIA, A. T. Mateus 3:11. 13, In BÍBLIA. In: **BÍBLIA Português. Sagrada Bíblia Católica**. Novo Testamento: João Ferreira de Almeida, 2005.

BOAS, F. **A mente do ser humano primitivo**. São Paulo, SP: Vozes, 2018.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo SP: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli; Silvia de Almeida Prado, *et al.* São Paulo, SP: Perspectivas, 1998.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.

- BHUGRA, D. & JONES, P. *Migration and mental illness. In: Advances in psychiatric treatment* 7(3), 2001, pp. 216-222.
- COLLING, A. M. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino da história.** Dourados, MS: Ed.UFGD, 2014.
- CONDE, E. **História das Assembleias de Deus no Brasil.** 4ª. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- DAMATTA, R. **O Ofício do Etnólogo ou como ter anthropological blues.** Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978.
- DANIEL, Silas, *et al.* **História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil.** Rio de Janeiro: CPAD, 2004, pp. 218-219.
- DIAS, Z. M. Um século de religiosidade Pentecostal: algumas notas sobre a irrupção, problemas e desafios do fenômeno Pentecostal. **http://periodicos.pucminas.br/**, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n22p377>>. Acesso em: 05 novembro 2022.
- DURKHEIM, É. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** 1ª. ed. São Paulo: Limeira Martins, 1996.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, N. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ERIKSSON K. **The Suffering Human Being.** Nordic Studies Press, Chicago, USA, 2006.
- FENELON A. & DANIELSEN S. *Leaving my religion: Understanding the relationship between religious disaffiliation, health and well-being.* In: **Social Science Research** 57, 2016, pp. 49-62.
- FERRARI, O. A. **Bispo S/A.** São Paulo, SP: Ave-maria, 2007.
- FERREIRA, P. **A reforma em quatro tempos: desdobramentos na Europa e no Brasil.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.
- FONSECA, André Dioneu. **Identidade, prática e representação: reflexões sobre a contribuição da Nova História Cultural ao estudo do movimento pentecostal.** Outros Tempos, Volume 7, nº 9, julho de 2010 – Dossiê estudos de gênero.
- FOUCAULT, M. **Os corpos dóceis.** In: Foucault, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FRESTON, P. **Breve história do pentecostalismo no Brasil. A Assembleia de Deus.** In: Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FREUD, S. Estudos sobre a histeria (1893-1895). In: **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. II.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade.** 1ª. ed. São Paulo, SP: Unesp, 1993.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 1ª. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** 4ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HOOKEYWAY N. & HABIBIS D. *Losing my religion: Managing identity in a post-Jehovah's Witness world.* In: **Journal of Sociology** 51(4), 2015, pp. 843-856.

IBGE. **Censo Brasileiro de 1990 a 2010.** Rio de Janeiro, 2010.

KAFKA, F. **A metamorfose.** Cotia, São Paulo: Pe da Letra, 2017.

KAUFMANN, J.-C. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo.** [S.l.]: Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013, 202p., ISBN: 978-85-326-4637-8.

KNIGHT A., WILSON E., WARD D. & NICE L. *Disaffiliation through a family systems lens: Implications for treatment.* In: **Journal of couple & relationship therapy**, 18(2), 2019, pp. 170–187.

LAHIRE, B. **Esboço de uma teoria do ator plural.** In: O homem Plural: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LOURO, G. L. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade.** 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação.** São Paulo, SP: Vozes, 2017.

MACEDO, E. **Guias, caboclos e orixás- Deuses ou Demonios.** Londrina - PR: universal, 1998.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** 2ª. ed. São Paulo-SP: Abril Cultural, 1978.

MANTSINEN T. *Leaving Pentecostalism.* In: ENSTEDT D., LARSSON G. & MANTSINEN T. (eds.). **Handbook of Leaving Religion.** Brill, Leiden, Netherlands, 2020, pp.175-185.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo, SP: Parábola, 2019.

MARX, ; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Edição de Bolso. ed. São Paulo–SP: Edipro, 2015.

NICA A. *Exiters of religious fundamentalism: reconstruction of social support and relationships related to well-being*. In: **Mental Health, Religion & Culture**, 22(5): 2019, pp. 543-556.

NUNES, M. J. F. R. De mulheres e de deuses. **Revista Estudos Feministas - REF**, Florianópolis, SC, 01 janeiro 1992. 26. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15799>>. Acesso em: 05 novembro 2022.

OLIVEIRA, Rok Sônia Naiária. A indumentária e os usos e costumes defendidos pela igreja Assembleia de Deus (1975-1999). In: **Conhecimento histórico e diálogo social**, Natal, 2013, pp. 1-13.

OLIVEIRA, S. F. D. S. A migração inter-religiosa pentecostal e suas relações com a modernidade. **Dissertação (Mestrado em 1. Ciências Sociais e Religião 2. Literatura e Religião no Mundo Bíblico 3. Práxis Religiosa e Socie) - Universidade Metodista de São Paulo**, São Bernardo do Campo, SP, 08 março 2004. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/377>>. Acesso em: 05 novembro 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª. Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RÅHOLM M., ARMAN M. & REHNSFELDT A. *The immediate lived experience of the 2004 tsunami disaster by Swedish tourists*. In: **Journal of Advanced Nursing** 63(6), 2008, pp. 597-606.

RONIMUS S. ***On Guard Against the World: Study on the experiences of those who have left the Jehovah's Witnesses movement*** [dissertation]. University of Turku, Turku, Finland, 2011.

SBARRA D. A., HASSELMO K. & BOURASSA K. J. *Divorce and health: Beyond individual differences*. In: **Current Directions in Psychological Science**, 24(2), 2015, pp. 109-113.

SCHEITL C & ADAMCZYK A. *High-cost religions, religious switching and health*. In: **Journal of health and social behavior**, 51(3), 2010, pp. 325-342.

SILVA, Noélia Nunes da. **Entre (des)crer e (des)obecer**: uma análise das dinâmicas de construção da norma, do desvio e dos desviantes em comunidades da Assembleia de Deus/Ministério Missão, em Maceió/AL. Tese defendida no PPGCS da Universidade Federal de Ca. pina Grande, 2021.

SOUSA, Bertone de Oliveira. Religião e negação da Modernidade: A leitura Fundamentalista da Bíblia nas revistas de Escola Bíblica Dominical da

Assembleia de Deus. *In: Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai. 2010.

SOUSA, Sandra Duarte de. Religião e identidades de gênero. *In: Revista religião e sociedade na américa Latina*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2017, pp. 15-21.

SYNAN, V. **O século do Espírito Santo**. 1ª. ed. São Paulo: Vida, 2009.

THIESSEN J. & WILKINS-LAFLAMME S. *Becoming a religious none: Irreligious socialization and disaffiliation*. *In: Journal for the scientific study of religion* 56(1), 2017, pp. 64–82.

TIMONEN J. **From one reality to another. Identity building in the life stories of former members of religious communities** [dissertation]. University of Eastern Finland, Joensuu, Finland, 2013.

VINGREN, I. **Diário de Um pioneiro**: Gunnar Vingren. 8ª. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

ZUCKERMAN, P. **Faith no more: why people reject religion**. Oxford University Press, Oxford, UK, 2012.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.

WINELL, M. **Leaving the fold: A guide for former fundamentalists and others leaving their religion**. Apocryphile Press, Berkley, USA, 2007.

WINELL, M. *The challenge of leaving religion and becoming secular*. *In: ZUCKERMAN, P. & SHOOK, J. (eds.). The Oxford Handbook of secularism*. Oxford University Press, Oxford, UK, 2016, pp.603-622.